

**MAYSA MARIA BENEDETTI FARACCO**

**AS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE-MS: PERCEPÇÕES DE  
MEMÓRIA E DE CULTURA COM POTENCIALIDADES DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE - MS  
2012**

**MAYSA MARIA BENEDETTI FARACCO**

**AS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE-MS: PERCEPÇÕES DE  
MEMÓRIA E DE CULTURA COM POTENCIALIDADES DE  
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico, como exigência para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Arlinda Cantero Dorsa.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO  
CAMPO GRANDE - MS  
2012**

### FICHA CATALOGRÁFICA

Faracco, Maysa

F219p As Praças de Campo Grande-MS: percepções de memória e de cultura./ Maysa Faracco; orientação Arlinda Cantero Dorsa. 2011  
73 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) –  
Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2011.

1. Praças – Campo Grande 2. Patrimônio cultural da cidade  
3. Territorialidade I. Dorsa, Arlinda Cantero II. Título

CDD – 711.55098171

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** As Praças de Campo Grande-MS: percepções de memória e de cultura com potencialidades de desenvolvimento local

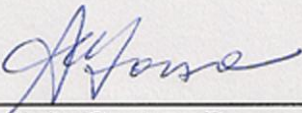
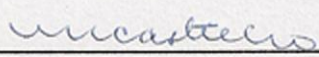
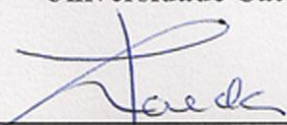
**Área de concentração:** Desenvolvimento Local em contexto de territorialidades.

**Linha de pesquisa:** Desenvolvimento Local: Cultura, Identidade, Diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Defesa final aprovado em: 08 / 02 / 2012.

### BANCA EXAMINADORA

|   |
|---|
|                          |
| <b>Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa - Orientadora</b><br><b>Universidade Católica Dom Bosco - UCDB</b>       |
|                         |
| <b>Profª Drª Maria Augusta de Castilho</b><br><b>Universidade Católica Dom Bosco - UCDB</b>                 |
|                          |
| <b>Profª Drª Raimunda Madalena Araújo Maeda</b><br><b>Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS</b> |

*Dedico este trabalho em especial a todos sul-mato-grossenses que se sintam parte do resgate da memória e da cultura de nosso estado. Também àqueles que, mesmo não sendo parte da história e da memória, possam contribuir para a divulgação deste grande legado deixado por nossos antepassados. Por fim, a todos que um dia, como eu, sentiram a necessidade de conhecer e estudar a essência de um povo por meio de sua memória, história e cultura dentro do contexto do desenvolvimento local.*

## **AGRADECIMENTOS**

Quero agradecer primeiramente a Deus, por me conceder todas as bênçãos divinas, também a duas grandes pessoas em minha vida e meus maiores incentivadores da vida, meu pai e minha mãe, que nunca mediram esforços para que eu trilhasse sempre pelo caminho da felicidade.

Também tenho a honra de agradecer uma pessoa que sem saber já faz parte da minha família, pois participou de todo o meu crescimento, sem ao menos perceber o enorme papel que teve em minha formação educacional e profissional: a minha querida professora, mestre e amiga Arlinda Cantero Dorsa e família.

Gostaria de aproveitar este momento para agradecer também a todos que de alguma forma contribuíram para este trabalho, quer seja concedendo entrevista para relatar suas percepções de vida e relatos históricos, como João Pereira da Rosa, Américo Calheiros, José Couto Vieira Pontes, Fausto Mato Grosso, Roberto Higa e Raquel Naveira. Não poderia também deixar de agradecer aqueles que me auxiliaram na pesquisa quer seja indicando fontes ou até mesmo me presenteando com diversos livros e materiais como Carlos de Moura do Instituto Histórico de Campo Grande, Giovana Ramos e Rubens Costa Marques.

Agradeço àqueles que indireta e diretamente torceram muito pela conclusão de mais uma etapa da minha formação educacional e que fizeram uma grande diferença em minha vida sempre me incentivando a concluir mais este caminho de muito estudo e dedicação são eles: Jacyara Chaia, Rafael Chaia, Jacob Chaia e a Dr<sup>a</sup> Maria Augusta de Castilho que sempre me acolheu em seus braços nos momentos mais difíceis exercendo assim o real papel de educadora.

São muitas as pessoas que tenho que agradecer, pois conforme palavras de Saint-Exupéry (1900-1944): “Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha, é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra! Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só porque deixa um pouco

de si e leva um pouquinho de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso”

Por isso, quero agradecer ao Professor Heitor Romero, ao Coordenador do curso de Direito Maucir Pauletti, a minha tia que me acolheu em São Paulo durante os seis meses de pesquisa, Maria Isabel Arruda, a todos os meus familiares, amigos que se uniram em um único pensamento para que eu pudesse trilhar mais esse caminho da vida que sem dúvida se tornou mais fácil de percorrer por todos vocês estarem ao meu lado.

*"E sem saber que era impossível, ele foi lá e fez"*

(Jean Cocteau - 1889-1963)



## **RESUMO**

A pesquisa tem como fundamento principal os pressupostos teóricos que servem de fonte para o conceito de desenvolvimento local: território, territorialidade, cultura, identidade, patrimônio cultural, história e memória de um local. O presente estudo tem o enfoque voltado ao patrimônio cultural da cidade de Campo Grande-MS, mas especificamente em relação às três Praças com maior valor histórico, cultural e sócio-econômico para o local. O estudo insere-se na linha de pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Local, cuja área de concentração é desenvolvimento local no contexto das territorialidades e patrimônio cultural. Ressalta-se que as reflexões identitárias locais inserem-se na linha de pesquisa voltada à cultura e identidade, fazendo parte do Grupo de Pesquisas Patrimônio Cultural, Direito e Diversidades. O objetivo do presente trabalho é o de resgatar a memória e a cultura de um povo, buscando enlaçar simultaneamente o sentimento de pertença naquele território e, mais especificamente, naquele local, ligado diretamente ao desenvolvimento local. A metodologia foi pautada no método indutivo e voltada para a pesquisa qualitativa com base em questionários e depoimentos coletados junto a atores envolvidos no resgate da memória local. Tem-se como questão norteadora, se o poder público pode sensibilizar ações comunitárias nas Praças então analisadas, voltadas à sustentabilidade cultural, social e econômica na contemporaneidade e em resultados positivos futuros. Conclui-se que o poder público exerce o papel importante não só como mantenedor das Praças como também incentivador de políticas culturais que sensibilizam a população e potencializam ações de desenvolvimento local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Praças. Contexto. Território. Memória. Percepções.

## **ABSTRACT**

This research is mainly based on the main theoretic presuppositions which are the source of the concept of local development: territory, territoriality, culture, identity, cultural patrimony, history and memory of a place. This study is focused on the cultural patrimony of the city of Campo Grande, state of MS, more specifically concerning the three squares with the highest historical, cultural, and social-economical value to the place. The study is inserted in the research program of the Masters Degree course on Local Development, which concentrates on local development in the context of the territorialities and cultural patrimony. It is important to point out that the local identity reflections are inserted in the research program related to culture and identity, being part of the Group of Research on Cultural Patrimony, Rights and Diversity. This study aims to rescue the memory and culture of a group of people, trying to simultaneously encompass the feeling of belonging to that territory and more specifically to that place, directly related to local development. The methodology was based on the inductive method and was directed to qualitative research through questionnaires and accounts collected from individuals who are involved in rescuing the local memory. The work is guided by the question whether the government may promote community actions in the analyzed squares, considering contemporary cultural, social and economic sustainability and on future positive results.

**KEY WORDS:** Squares. Context. Territory. Memory. Perceptions.

## LISTA DE FIGURAS

|  |    |
|--|----|
| FIGURA 1 - Igreja Santo Antonio - 1ª Igreja de Campo Grande - MS .....   | 30 |
| FIGURA 2 - Igreja Santo Antonio - década de 30 a 80 .....                | 30 |
| FIGURA 3 - Santo Antonio - reconstruída em 1989 .....                    | 31 |
| FIGURA 4 - Avenida Afonso Pena .....                                     | 33 |
| FIGURA 5 - Praça Ary Coelho - década de 50 .....                         | 38 |
| FIGURA 6 - Jardim municipal, hoje Praça Ary Coelho .....                 | 38 |
| FIGURA 7 - Estátua de Ary Coelho .....                                   | 39 |
| FIGURA 8 - O coreto da Praça Ary Coelho .....                            | 40 |
| FIGURA 9 - Busto de Pandiá Calógeras – Praça Ary Coelho .....            | 41 |
| FIGURA 10 - Fonte luminosa da Praça Ary Coelho .....                     | 42 |
| FIGURA 11 - Vista geral da Praça Ary Coelho .....                        | 42 |
| FIGURA 12 - Praça do Rádio - década de 60 .....                          | 45 |
| FIGURA 13 - Praça do Rádio Clube na atualidade .....                     | 46 |
| FIGURA 14 - Homenagem a Vespasiano Barbosa Martins.....                  | 46 |
| FIGURA 15 - Monumento em homenagem à imigração japonesa no Brasil .....  | 47 |
| FIGURA 16 - Antiga Praça dos Imigrantes.....                             | 49 |
| FIGURA 17 - Praça dos Imigrantes.....                                    | 50 |
| FIGURA 18 - Pontos convergentes e divergentes das Praças estudadas ..... | 63 |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>11</b> |
| <b>1 AS PRAÇAS - ASPECTOS CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS .....</b>  | <b>15</b> |
| 1.1 AS PRAÇAS: CONCEITOS, HISTÓRIAS E FUNÇÕES .....  | 15        |
| 1.2 AS PRAÇAS: ESPAÇOS, TERRITÓRIO E SENTIMENTO DE PERTENÇA ....   | 20        |
| 1.3 AS PRAÇAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO .....  | 25        |
| <b>2 AS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE: CONTEXTO HISTÓRICO .....</b>   | <b>28</b> |
| 2.1 CAMPO GRANDE: SÍNTESE DE SUA HISTÓRIA NO CONTEXTO DE<br>DESENVOLVIMENTO URBANO.....                      | 28        |
| 2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRAÇAS: ARY COELHO, RÁDIO CLUBE E<br>IMIGRANTES.....                              | 35        |
| 2.2.1 Praça Ary Coelho.....  | 35        |
| 2.2.2 Praça da República – “Rádio Clube” .....   | 44        |
| 2.2.3 A Praça dos Imigrantes.....  | 48        |
| <b>3 AS PRAÇAS SOB A ÓTICA DA MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE:<br/>    PERCEPÇÕES VIVIDAS E SENTIDAS .....</b> | <b>51</b> |
| 3.1 O DESENVOLVIMENTO LOCAL E AS PERCEPÇÕES DA MEMÓRIA DOS<br>ATORES SOCIAIS.....                            | 54        |
| 3.2 PONTOS CONVERGANTES E DIVERGENTES DAS PRAÇAS NO QUE<br>TANGE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL .....              | 61        |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>65</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>69</b> |

## INTRODUÇÃO

Tendo como fundamento principal os pressupostos teóricos que servem de fonte para a elaboração do conceito de desenvolvimento local, esta dissertação de mestrado focaliza o patrimônio cultural de Campo Grande, MS, mais especificamente três Praças que possuem um valor histórico, cultural e econômico para a cidade: Praça Ary Coelho, Rádio Clube e Imigrantes.

Os pressupostos teóricos voltam-se aos estudos relacionados ao território, territorialidade, cultura, identidade, patrimônio cultural, história e memória local, servindo de aporte teórico, autores conceituados relacionados à temática proposta.

O estudo insere-se na linha de pesquisa do Mestrado em Desenvolvimento Local, cuja área de concentração é: desenvolvimento local no contexto das territorialidades e patrimônio cultural.

Ressalta-se que as reflexões identitárias locais inserem-se na linha de pesquisas voltada à cultura e identidade, fazendo parte do Grupo de Pesquisas Patrimônio Cultural, Direito e Diversidades.

O objetivo da presente dissertação é o de resgatar a memória e a identidade do povo, em especial o campograndense, buscando enlaçar simultaneamente o sentimento de pertença naquele território e, mais especificamente, naquele local, ligado diretamente ao desenvolvimento local.

A memória e a identidade assumem um papel fundamental ao determinar os valores dos objetos, dos monumentos, das práticas culturais e sociais, inerentes aos espaços construídos na cidade.

De acordo com Nogueira (2002, p. 145), nas sociedades ditas modernas, as tradições “assimilam o ritmo alucinado, movido pela força do recente, da novidade, da improvisação, da transitoriedade, do efêmero”.

É nesse contexto que se insere a temática desenvolvida nesta dissertação, pois, ainda de acordo com a autora anteriormente citada, ao se contextualizar Campo Grande, pode-se afirmar que nessa cidade, a tradição assume feições diferentes, em razão da cultura diversificada existente “embora não deixe de ser um elo importante na continuidade da cadeia de transmissão de saberes, muitos deles empíricos, transferidos de uma geração para outra, após passarem por transformações, provocadas pelo contexto dinâmico das sociedades atuais” (NOGUEIRA, 2002, p. 146).

Ao estudar a memória, é importante enfatizar o pensamento de Zimmermann (2006) que atribui à memória do lugar a possibilidade de identificação das peculiaridades, dos elementos e das características que permanecem no local e que tem uma conotação transcendente ao tempo presente, ora ao remontar ao largo de outrora, ora ao trazer de volta à Praça de hoje e ainda ao sugerir a Praça de amanhã.

Sendo assim, pode-se perceber que a identidade e a memória se relacionam e se fazem conhecer pelas imagens das Praças, pelo sentimento de pertença a estes locais, pela imagem representativa que acompanha a evolução dos tempos, ainda que permaneçam presentes em determinados momentos ligadas ao passado.

A escolha do tema se deu em razão de um anseio pessoal da pesquisadora, em razão de ser cada vez mais escasso encontrar sul-mato-grossenses que possam contribuir com suas percepções para o resgate da memória e identidade local.

Com a evolução das cidades, de forma voraz, a percepção que fica sobre a história e a memória da população local acaba por se desfazer no tempo e escassos são os documentos a respeito dessa história.

Por este motivo, o trabalho tem como intuito compilar registros pessoais que historicamente possam resgatar os fatos sociais, culturais e históricos no que tange aos espaços públicos urbanos.

Os estudos de registros históricos nacionais e regionais se deram por meio das Praças com relação ao marco inicial das cidades e, sem sombra de dúvidas, é importante enfatizar que por ali passaram os principais acontecimentos sociais, culturais, econômicos e político de uma cidade.

Com relação à Campo Grande, as Praças representaram uma fase histórica marcante na vida dos campograndenses e socialmente serviram como um espaço democratizante de encontro da sociedade independente de credo, situação social ou econômica.

A metodologia foi pautada no método indutivo e voltada para pesquisa qualitativa com base na aplicação de questionários semi estruturados e depoimentos orais e escritos coletados junto a atores diretamente envolvidos no resgate da memória local.

Nesse sentido, o estudo apresenta a importância e o significado desses locais, na construção e no crescimento da cidade como sendo inicialmente a mola propulsora da formação da sociedade da capital de Mato Grosso do Sul que é conseqüentemente, a formadora dos seus laços de desenvolvimento cultural, social e econômico, por proporcionar o incremento das relações integradoras que potencializam o processo de desenvolvimento local.

Tem-se como questão norteadora se o poder público pode ser sensibilizado a desenvolver ações comunitárias nas Praças então analisadas, voltadas à sustentabilidade cultural, social e econômica na contemporaneidade e em resultados positivos futuros.

De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Patrimônio Cultural constitui-se de bens materiais e imateriais. Quando se aborda o patrimônio material, a sua composição engloba um conjunto de bens culturais, classificados entre: arqueológico, paisagístico, etnográfico, histórico, belas artes e artes aplicadas (IPHAN, 2011).

Já o patrimônio imaterial este recebeu da UNESCO (2003), a definição como as práticas, representações, conhecimentos e técnicas, instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados e as comunidades, os grupos e os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

No primeiro capítulo deste trabalho, será abordada a parte histórica no que tange à formação das Praças e sua repercussão dentro da comunidade, o seu papel na sociedade e o despertar do sentimento de pertença na população local.

No segundo capítulo, serão retratadas as principais Praças de Campo Grande, palcos de destaque social, cultural, político e econômico, demonstrando a importância desses locais na inserção da cidade.

Finalmente, o terceiro capítulo é destinado ao resgate da memória e da história por meio dos atores que, de alguma forma direta ou indireta, participaram desses momentos podendo assim trazer de forma mais autêntica os fatos retratados, entrelaçando o desenvolvimento local desses espaços e a repercussão atual desses locais na sociedade.

Vale ressaltar que a pesquisadora obteve autorização dos entrevistados para utilização dos depoimentos e/ou entrevistas e respectivos nomes para divulgação da pesquisa.



# **1 AS PRAÇAS - ASPECTOS CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS**

Em termos gerais, antes de se adentrar a questões mais complexas sobre a importância das Praças no contexto do desenvolvimento local, é importante desmembrar todos os seus significados e contexto histórico.

## **1.1 AS PRAÇAS: CONCEITOS, HISTÓRIAS E FUNÇÕES**

Muitos são os autores que conceituaram a respeito do que traduz o significado da palavra Praça. Dessa forma, Font (2003, p. 5), assinala que a Praça é vista como um espaço público e de reunião, como palco representativo da cultura e história da cidade, “construída pela sociedade e possuidora de símbolos e significados, sendo historicamente constituída no ocidente, e definida, como um espaço livre formada prioritariamente por um conjunto de edifícios”.

Deste modo, Caro (1990, p. 39), define Praça como:

[...] qualquer espaço dentro da cidade, onde, por sua forma, atividade ou concentração de usos se produz a sensação existencial de ‘estar’ e que pode constituir um foco ou um centro de atração. Especialmente corresponde ao conceito de volume oco entre edifícios que servem para defini-lo e determiná-lo como lugar particular.

Para Jacobs (2003) Praças e parques assumem um dimensionamento de local efêmero, pois costumam experimentar popularidade e impopularidade e, infelizmente, em grande parte tornam-se vazios sem vida e decadentes e precisam da dádiva da vida humana e da aprovação conferida a ela, pois são as pessoas que ao darem utilidades a uma Praça ou a elevam ao sucesso ou a condenam ao fracasso.

Autores estrangeiros também se preocuparam em estudar esta questão, tal como Lynch (1987), que nos reporta o conceito de que a Praça urbana é uma forma de expressão cultural, e que se de um lado revela uma construção em um espaço vazio, do outro vê seu uso destinado ao centro social integrado com a atividade urbana, sempre reforçando seu valor histórico e sua participação contínua na vida das cidades.

De todos os autores citados, o que se propõe a trazer a definição e também as características fundamentais desta representação é Kato (1993), que busca na definição do “*Dictionary of Architecture*” de Kenchiku Daijiten *conceituar* “*square*” considerando assim a palavra como um espaço público aberto, localizado em pontos considerados críticos em zonas urbanas, onde existam caminhos públicos ou mesmo edifícios em sua frente, que sirvam para reuniões, mercados, propósitos estéticos, ou até mesmo como maneira de facilitar o tráfego público.

Diante desta definição, traçam-se requisitos fundamentais que conceituam as Praças como: lugar de reunião, características de lugar central, possuidora de uma certa extensão além de se observar a maneira de uso e apropriação.

Por todos os conceitos e definições levantados, unânime se faz entender que a Praça é considerada antes da mais nada um espaço urbano, que de uma forma ou de outra sempre estará ligada com a formação histórica de cada local, assim como sua transformação durante o passar do tempo, e estará diretamente atrelada aos acontecimentos socioculturais.

Conforme afirmação de Robba (2010, p. 18), é imprescindível que se afirme que “[...] não é possível falar sobre Praças sem analisar o contexto urbano no qual estão inseridas, pois a compreensão de sua gênese está nas primeiras vilas e povoados coloniais brasileiros e da sua evolução ao longo dos séculos é fundamental”.

Em notas históricas, é possível identificar o início da formação das Praças como faz Marx (1980 *apud* ROBBA, 2010, p. 50), ao destacar que “as cidades brasileiras sempre foram fundadas a partir de doação de uma área conhecida como sesmária para um determinado santo e a partir dali, se construía uma capela ou paróquia em louvor àquele santo”.

Como era costume da época, não havia nas concessões daquelas terras propriedade absoluta, uma vez que era a título simplesmente de exploração e, por esta razão, era outorgada à Igreja o direito sobre um pedaço de terra.

De acordo com Robba (2010), esse sistema de concessão de terras ainda contemplava questões de repasses aos capitães das respectivas capitanias, estes ainda teriam que destinar uma quantia à coroa portuguesa, que era uma forma de resposta pelo usufruto da terra.

Em seus relatos, o autor remete ainda às considerações de Marx (1980), desvendando que historicamente a força e o poder estavam concentrados nas mãos da igreja, pois somente ela tinha a condição de ceder as terras a quem as solicitasse, formando assim os seus assentamentos urbanos. Em questões geográficas, o centro era destinado às capelas e ao seu adro, e nos seus arredores formavam-se as propriedades da população e as áreas destinadas ao cemitério e a plantações.

Menciona ainda Robba (2010), que este é o primeiro momento histórico, em que a Praça assume um papel de poder colonizador, pois toda a estrutura e organizações das vilas que surgiam, tinham como ponto de partida o local público onde estavam inseridas as igrejas e seus adros; já nos seus arredores, situavam os cemitérios e o rossio. Em muitos casos, ainda era possível observar que os prédios mais importantes e de maior relevância social se instalavam no entorno das Praças.

Outro aspecto histórico importante que Font (2003) relata é que entre 1580 e 1640, quando Portugal estava sob o domínio espanhol, acabou por receber influências das normas e leis espanholas, sendo assim vinculado às “Leis das Índias”, promulgada por Felipe II em 1573, com interferência renascentista. Por tais motivos, as Praças eram consideradas como elementos de grande importância, pois era a fonte central de onde nascia toda a estrutura da colônia.

Como se pode notar, a Praça na história representa a fonte estruturadora de todo o processo inicial de uma colônia ou cidade, pois era a partir deste marco inicial que se construíam os prédios mais importantes, frutos da associação da igreja e, conseqüentemente, do poder, simbolizando a base onde se estabeleciam o comércio e a vida social do local.

É notável a transparência e as características marcantes das Praças brasileiras, nos dizeres de Robba (2010, p. 18), pois:

As Praças colônias brasileiras tinham, pois, como característica formal dominante a presença de templo em seu entorno; posteriormente, toda sede de edifícios importantes da cidade também passaram a ser implantados nas suas imediações.

A partir do contexto histórico do autor consegue-se observar que as formações das colônias brasileiras se desenvolviam, inicialmente com a fundação da paróquia ou irmandade religiosa, formação esta muito próxima da realidade das cidades medievais europeia, porém, a primeira somente se concretizava com a anuência da coroa portuguesa, por meio das chamadas cartas régias, elevando o povoado à condição de vila.

A maior diferença que se destaca, em relação às colônias brasileiras e o núcleo urbano medieval é em relação às funções atribuídas às mesmas. Conforme estudo de Zucker (1959), existiam nas Praças medievais diferentes funções, ou seja, havia Praças para realizar atividade comercial da cidade, Praças de onde partiam os transportes públicos, Praças destinadas somente aos adros das igrejas, reservadas para manifestações religiosas entre outras.

Comparando com a época colonial no Brasil, as Praças reuniam em um só lugar todos os acontecimentos sociais, ou seja, religioso, mercantil, civil e profano.

Visualizava-se na era colonial que a Praça era tida como um ponto de convergência da sociedade, pois não havia ali uma divisão de classes, todos que de uma maneira ou de outra necessitavam se articular, tanto em relação à comunicação, comércio, quanto ainda a diversas manifestações, sejam elas culturais ou religiosas, tinham ali o palco de suas articulações sociais.

Todo esse levantamento histórico relata as diferentes funções que as Praças demonstraram ter com o decorrer do tempo. Em um primeiro momento, ela foi fonte de referência central de uma vila, demonstração de poder e organização das Igrejas e seus edifícios.

Verificou-se como um grande ponto de convergência para sua população segundo Santos (1985), pois de forma responsável ocorreu uma divisão onde o centro na hierarquia urbana era um ponto de convergência imposto pelas modernizações e pela mobilização das classes dominantes.

Durante o levantamento histórico foi possível realizar também uma análise morfológica das Praças, especificamente no que tange às suas funções, pois esses espaços se alteraram no decorrer do tempo, juntamente com a estrutura de equipamentos que possuem revelam sua configuração e sua finalidade dentro de uma sociedade.

Na visão de De Angelis (2005, p. 2-3), “na Antiguidade, a função das Praças era bem mais rica de significado, não se limitando a lugar de cruzamento das vias públicas, estacionamentos para automóveis ou de ponto para comércio de mercadorias as mais diversas”. Destaca o autor que diversas são as funções apresentadas por esses espaços, pois, podem ser vistos como locais de bate papo e reencontro, significando ao mesmo tempo um local para troca de experiências, de lazer, meditação ou ainda um lugar fundamental da vida social.

No primeiro momento sociocultural, é nítida a função das Praças como espaço comum urbano, porém, com o passar dos anos, as transformações redesenham essa significação com diferentes propostas para cada sociedade.

Sintetizando o pensamento de Font (2003, p. 6), apesar de constatar diferentes configurações existentes para as Praças, estas estão diretamente vinculadas a momentos históricos específicos, além de fatores geográficos ou culturais, por isso, diferente serão as formas que se apresentarão dentro de cada contexto, tais como: espaços públicos, marco referencial urbano, depositário de símbolos históricos e culturais, espaço que confere centralidade ao local, ponto de convergência e dispersão de pessoas, atividades e funções, resultado de ações urbanas de caráter endógeno e exógeno e, ainda, lugar de sociabilização, encontros e jogos.

Em detrimento às Praças centrais, surgiram também as Praças periféricas, ficando claras as diferentes funções representadas, uma vez que o acúmulo de carga histórica e significados trazidos pelas Praças centrais são totalmente diferentes das referências trazidas pelas Praças periféricas.

Este contexto depende da forma de se entender a Praça, seja a partir de seus valores históricos, seja pelo seu caráter simbólico, seja pelo local onde está inserida. Na concepção de Rossi (2001), há sensações e impressões diferentes por parte das pessoas e estes sentimentos são qualificadores ou desvalorizadores do lugar, no entanto, este conjunto de sensações é responsável por formarem as cidades, ou seja, o lugar é produto da coletividade.

Vive-se um tempo de ocupações desordenadas, de aumento das cidades. Neste diapasão, Lerner (2003, p. 23) afirma que:

[...] torna-se impossível desviar a atenção do relevante papel das Praças públicas no contexto urbanístico-ambiental. É de suma importância reaproveitar estes espaços urbanos de uso público,

torná-los um cenário de encontro agradável e com isso, despertar a autoestima da cidade.

Os conceitos diversos apontados pelos autores evidenciam significativamente não só as diferentes funções exercidas pelas Praças. Também ressaltam a simbologia histórica e social entremeadas de sensações, impressões, lembranças, ou seja, ponto de convergência e dispersão de pessoas, atividades e funções.

Enfatiza-se, portanto, que o reaproveitamento dos espaços urbanos de uso público, no caso as Praças, tema dessa dissertação, pode ser importante tanto para o lazer ativo que envolve a circulação nas Praças para caminhadas, corridas, passeios com a família quanto para o lazer passivo, ou seja, contemplação das paisagens, reflexão, local de leitura etc.

## 1.2 AS PRAÇAS: ESPAÇOS, TERRITÓRIO E SENTIMENTO DE PERTENÇA

No que diz respeito ao espaço geográfico e mais enfaticamente a seu território, pode-se realizar a seguinte análise no que tange a essas percepções geográficas. O território pode ser contextualizado por um simples aglomerado de espaço, no entanto é importante mencionar os ensinamentos de Mançano (2005, p. 14-34), o qual traduz que pela geografia o território passa a ser uma totalidade, utilizada no estudo das relações sociais, por meio de suas diversas faces.

Desta forma, a primeira noção de espaço não é a que mais preocupa os estudiosos, porque o espaço por si só, pode ser considerado um vazio, um elemento geograficamente descrito, pois o que mais estimula o estudo do espaço é a sua forma de interação com o social e os elementos que o compõem, não havendo possibilidades de realizar uma análise desses fatos isolados.

De acordo com Santos (1999, p. 51), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Ainda no que reporta à questão dos espaços, Barcellos (1999 *apud* SANTOS, 2007), conceitua espaços livres urbanos como os espaços não ocupados

com edificações, não havendo menção de serem estes públicos ou privados. Tais considerações, no que tange aos espaços livres de urbanização, são referenciais a maiores escalas de paisagem independente da sua propriedade particular ou pública. Por fim, quanto à sua conceituação, compreende que os espaços públicos são representados pelas ruas e Praças, e, por isso, são administrados por órgãos públicos destinados a utilização da sociedade.

Importante ressaltar que nessa dissertação, será abordada somente a questão dos espaços públicos, devido à sua complexidade e seu significado dentro de uma sociedade, sendo analisado por diferentes vertentes, quer seja, social, histórica, econômica e cultural.

Dentre os diversos entendimentos, Santos (2007), considera que os espaços livres, quando se referem às áreas verdes urbanas, revelam um importante papel na cidade, e que a manutenção dos espaços existentes e a criação de novos espaços possibilitam a conservação de valores da comunidade.

O referido autor demonstra profundo conhecimento do assunto, quando aborda o mesmo tema em outras obras, sempre se preocupando em retratar o seu entendimento de espaço, dessa forma descreve que:

[...] o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e seus habitantes (SANTOS, 1999, p. 51).

Segundo Hoehne (1944 *apud* SANTOS, 2007), as áreas verdes atendem a três objetivos principais: ecológico, ambiental, estético e de lazer que diretamente agem sobre a saúde física mental do homem além de agir também no metabolismo da cidade.

Amplia este pensamento Silva (2000, p.35), quando afirma que a vegetação é “aspecto agregador e valor aos imóveis”, sendo que as áreas verdes têm como funções: “a contemplação, a circulação, o estar, a recreação, o esporte, a distribuição de tráfego, a decoração, o simbolismo, o emolduramento e as relações sociais, ecológicas, culturais e produtivas” (PAIVA; GONÇALVES, 2002, p.56).

Santos (2007) revela também, a necessidade de diferenciar paisagem de espaços, pois embora as Praças sejam uma forma de paisagem, sendo ou não bem vista pela sociedade, a mesma é transformada com o passar do tempo pela natureza

humana e até mesmo sendo vítima do seu esquecimento. Diante desse fato, Santos (1999, p. 83) relata que:

[...] paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é um conjunto de forma que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. O espaço são essas formas que a vida anima.

Embora as diferenças aqui abordadas demonstrem ser tênue, tal interpretação quando direcionada aos espaços das Praças resultam em um profundo diferencial, pois seus espaços em nada retratam quando da sua visão vazia. Assim, segundo Raffestin (1993, p. 144), “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

Por esta afirmação pode-se extrair que para os estudiosos, o espaço por si só em nada revela de sua essência, se na verdade não ocorrer algumas intervenções, e como resultado se tem o chamado território e não mais um puro e simples espaço.

Nessa linha de pensamento Raffestin (1993, p. 143) torna a explicar que:

[...] é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço.

Nesse sentido pode-se destacar o pensamento de Lefébvre (1974, p. 121) para quem:

Espaço quando retratado na sua forma social se justapõe ao espaço natureza, pois ele não deve ser visto somente por meio de sua forma física, mas sim observado pelas diferentes formas sociais o que o transforma de sua figura abstrata para sua figura concreta, ou seja, transforma sua figura vazia por meio da estrutura social.

Após extensa explicitação de que o espaço transformado pela interação social passa a ser reconhecido como território, diversos são os estudiosos que se preocupam em realizar um estudo mais complexo acerca deste conceito. Porém, não se podem apropriar os significados estruturais de outras ciências, pois conforme ressaltado por Haesbaert (2002), este conceito deve ser visto de forma multidimensional.



Haesbaert (2006) sinaliza ainda três vertentes de conceito de território, sendo a primeira, como jurídico político delimitado pelo controle de poder, principalmente no que tange à questão estatal, a segunda denominada cultural, resultado do imaginário e da identidade social; a terceira e última vertente, é a econômica, marcada pelas questões de desterritorialização, resultado do embate de classes sociais com a relação do capital trabalho.

É evidente que durante o passar dos anos, autores como Santos (1978, 1988, 1991, 1999, 2002) e Raffestin (1993), firmaram conceitos mais apropriados referentes à questão do território, relacionados ao sentido de ligação do lugar e a influência que as pessoas exercem nesse meio.

Com essa observação, denota-se que o conceito acaba por consolidar-se de forma particular, ou seja, reflete uma compreensão do multidimensionamento do que realmente é o “vivido” naquele território, pelas pessoas que ali interagem, traduzindo assim valores de uma coletividade e, por fim, de uma sociedade como um todo.

Já reafirmava Raffestin (1993, p. 158) que “os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas”. O conceito de território que mais interessa no contexto desta pesquisa é quando há a ligação deste com a relação social, pois acaba por construir o verdadeiro sentido de território com seu valor social.

Na busca de conciliar todo o entremeado de sentidos teóricos no que diz respeito aos territórios, e com a aplicação deste aos espaços denominados de Praças, pode-se desvendar que cada território merece uma apreciação de forma diferenciada e criteriosa conforme sua ocupação.

Observando a questão do território, Mançano (2005, p. 23) se preocupou em distinguir três conceitos que não se confundem, mas que, de uma forma ou de outra, estão intimamente ligados.

Retrata o mencionado autor, que quando ocorre a expansão e ou criação de territórios são as ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são as ações concretas representadas pela desterritorialização. Logo, diante de tal observação a interação do indivíduo dentro de um território nada mais é que a territorialidade.

Quando há na questão de território, uma escolha social do espaço a ser povoado, ou seja, vivido, Costa (1988, p. 25), revela que fica constatado neste

momento a região como “espaço de identidade ideológico-cultural”, caracterizado por interesses sociais, econômicos e de classes, onde cada grupo passa a reconhecer sua base territorial, que “é o sentido de pertencer a uma região e/ou território”.

Porém, existem alguns autores como Souza (2001) e Raffestin (1993), que entendem que o território não é uma produção do espaço, mas sim uma apropriação deste pelas relações de poder, e é nesse cenário que reconhecem a formação das “ligações afetivas” e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

Considerando ainda a visão de alguns autores, vale mencionar Souza (2001) e Pedon e Souza (2007), pois para esses autores, inúmeros e intangíveis são os símbolos, imagens e aspectos culturais que a interpretação endógena caracteriza como sendo a identidade de uma determinada população.

Esse processo incorporado ao cotidiano acaba por construir a percepção da existência de um território, com sentimento de pertença e como forma de proteger e defender os valores deste território, da sua identidade, lançando mão da vertente político cultural e manifestando, assim, uma relação de domínio e poder e a conseqüente defesa de sua cultura adquirida e que ainda está em processo de construção.

Somente esse sentido de pertença, quando aflorado em uma determinada população, faz com que o território passe a ter maiores valores e significações, e quando este sentimento desperta o sentimento de pertença nas pessoas que ali se fixam, forma a verdadeira concepção de território, ou seja, o território acaba sendo a apropriação de um espaço.

Diante deste fato, pode-se constatar, fazendo menção aos autores acima reportados, que “a identidade, portanto, não é algo dado, mas é sempre um processo (identificação em curso), que se dá por meio da comunicação com outros atores (diálogo e confronto). A territorialidade é a expressão deste processo no cotidiano dos atores sociais” (PEDON; SOUZA, 2007, p. 132-135).

Todo esse movimento em construção por parte da identidade território é o responsável por despertar o sentido de pertencimento do indivíduo, contextualizando seu valor no todo e a necessidade de sua participação em todo o processo.

Santos (2002, p.10), procura reforçar sua ideia de território quando menciona que este deve ser entendido como território usado e que o chão mais a

identidade é o que traduz o real significado deste conceito. Desta forma, a identidade revela o sentimento de pertença e o território o fundamento desta interação.

Constata-se que o território pode ser analisado por diferentes posições, porém ao realizar o referido estudo com as ligações das ações sociais, tal questão revela maior sentido, uma vez que se busca o foco das relações sociais, de conexões entre as pessoas das redes de conhecimento, fato esse que transpõe a questão econômica, identidade e patrimônio cultural como produto e condição para habitar.

Entrelaçando todas as ideias aqui mencionadas, pode-se firmar um entendimento no mesmo sentido de Dematteis e Governa, (2005, p. 22) conforme se vê:

A identidade é compreendida para além do sentido de pertencimento a um lugar: A identidade [...] deriva do agir coletivo dos sujeitos, como portadores de práticas e de conhecimento, construtores do território e de novas lógicas identitárias aos lugares.

Por meio desse contexto, percebe-se que a percepção de território hoje é extensa, e nos remete a criteriosas análises do espaço geograficamente falando, assim como elementos essenciais como a relação social e os valores envolvidos nela. O sentimento de pertença afluído em cada comunidade faz com que cada indivíduo perceba a sua participação de forma a vir somar ao todo e assim resgatar e perpetuar essas questões para seus sucessores.

Nessa pesquisa adota-se tanto o pensamento de Souza (2001) e Santos (2002) quanto Raffestin (1993) que consideravam o território como responsável pela formação das ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço.

### 1.3 AS PRAÇAS COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Ao pontuar que as cidades assumem seu papel como centro de consumo por meio de atratividade como turismo, entretenimento e inovações culturais, que podem resultar em melhorias na qualidade de vida e do meio urbano, Harvey (1996, p. 55) explica que “acima de tudo a cidade tem de parecer como lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, para jogar ou consumir”.

Aplicando-se tais conceitos no estudo das Praças podem-se criar condições de estabelecer processos sociais nos quais os atores envolvidos possam, a partir de consensos elaborados de forma progressiva, construírem instrumentos de mudanças no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento.

Quando se aborda sustentabilidade do desenvolvimento, pensa-se em um conjunto de diretrizes, que auxiliem na conservação dos valores naturais, que fortaleçam os espaços considerados centrais em uma cidade, “compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social” (BUARQUE, 1994, p. 8).

Para Leff (2001, p. 33), a qualidade de vida tem uma dependência direta com a qualidade ambiental a fim de se buscar um desenvolvimento equilibrado e saudável. Segundo o autor, o desenvolvimento está associado à identidade, cooperação, solidariedade, participação e realização, pois entrelaçam “a satisfação de necessidades com aspirações derivadas do consumo com diferentes formas de realização através do processo de trabalho, de funções criativas e de atividades recreativas”.

Buarque (1994), ao conceituar desenvolvimento local, reforça que um processo consistente e sustentável relacionado ao desenvolvimento local é que ele implica articulações eficientes entre diversos atores e esferas de poder civil, instituições não governamentais, instituições privadas, sendo que cada uma assume um papel decisivo para contribuir com o desenvolvimento local. Segundo Buarque (1994, p. 9):

[...] perpassa pelo desenvolvimento que deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. Apesar de constituir um movimento de forte conteúdo interno, o desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa, com a qual interage e ainda da qual recebe influências e pressões positivas e negativas.

O surgimento do conceito de desenvolvimento local apresenta uma dupla perspectiva de acordo com Petitinga (2008), sendo a primeira como sustentabilidade do desenvolvimento e a segunda, como recurso advindo deste, tendo como consequência o aumento da qualidade de vida das comunidades locais.

Ao conceituar a política de desenvolvimento como um sistema aglutinador de várias instituições, sejam elas econômicas, sociais, culturais e políticas e suas devidas inter-relações, Boyer (2001 *apud* MULLS, 2008), reforça que esta política necessita de uma compreensão mais aprofundada, pois pode, ao longo do tempo, sofrer mudanças.

Quando se pensa nas Praças como um local caracterizado por espaços e áreas verdes e por servir de sustentabilidade a uma vasta espécie de flora e fauna, por meio de uma vegetação nativa ou exótica, Almeida, Bicudo e Borges (2004, p. 3) estimam que:

O valor paisagístico e cultural do local, onde fatos históricos e sociais permearam sua existência. É nesse sentido que tais locais são um componente importante no ecossistema urbano, uma vez que dispõe de um espaço natural dentro do ambiente construído pelo homem. Ainda, tais locais podem conter informações sobre a diversidade.

Corroborando com este pensamento Franco (2000), ao se referir à melhoria da vida das pessoas tratada como desenvolvimento humano e de todas as pessoas (desenvolvimento social). De acordo com o autor, esta concepção envolve as que estão vivas e as que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável).

## **2 AS PRAÇAS DE CAMPO GRANDE: CONTEXTO HISTÓRICO**

Explicita este capítulo um breve contexto histórico sobre a cidade de Campo Grande-MS, focalizando-se as Praças que serão analisadas.

### **2.1 CAMPO GRANDE: SÍNTESE DE SUA HISTÓRIA NO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

De acordo com a historiografia, o que se pode destacar da criação da cidade de Campo Grande é que sua descoberta teve início com o final do ataque a Laguna, no Paraguai, e segundo Bittar (2004, p. 1):

[...] os combatentes extenuados buscavam Camapuã. Na junção de dois córregos, onde se iniciavam campos grandes e abertos, os sofridos retirantes pararam para se recuperar da longa retirada. Ali desfrutaram de bom descanso e seus olhos retiveram a visão de amplas terras, horizontes abertos e largos, que a todos agradou. Especialmente um deles não deixaria que aquele lugar aprazível caísse no esquecimento.

Na verdade, o texto é a descrição da impressão causada a José Antonio Pereira, um mineiro que em 1872, intrigado com toda aquela lembrança resolve sair em retirada em direção ao campo grande acompanhado de um guia cuiabano, Luiz Pinto Guimarães, dois escravos e seu filho de 17 anos (BITTAR, 2004). Conforme descreve Paulo Coelho Machado (2008, p. 14), a chegada de José Antonio Pereira à terra almejada:

Na fria madrugada do dia seguinte ao da chegada, José Antônio verificou, com os olhos experientes, que havia chegado ao seu destino. Não era preciso caminhar mais. Não só aprazível era o lugar, como possuía vegetação luxuriante, da fertilidade da terra. Um pequeno passeio pelos arredores confirmou acerto do local escolhido. Terra argilosa, vermelha e roxa, com abundante cobertura,

ideal para a lavoura, campinas sem fim, erçadas de capões, para a criação de milhares de reses. Água abundante. Estava definitivamente escolhido o local.

Essa história é ainda permeada de alguns mistérios, Bittar (2004), destaca que, em 1872, quando José Antonio Pereira chegou a Campo Grande, encontrou estabelecido naquelas terras João Nepomuceno, a quem o encarregou de tomar conta de suas roças enquanto voltasse para pegar sua família em Minas.

Depois de sua segunda viagem, José Antônio retornou em 1875, trazendo sua família e amigos, que no total completavam 62 pessoas, dando-se assim início ao arraial dos Pereira, que mais tarde se transformaria no vilarejo de Santo Antônio de Campo Grande e, posteriormente, na cidade de Campo Grande. O que de fato ocorreu é que José Antonio acabou por ficar com o título de fundador da cidade de Campo Grande, porque foi ele o responsável por marcar e organizar o local e seu povoado.

Importante mencionar que como mesmo relata D'Almeida (2003), embora a maioria da população acredite que em 26 de agosto se comemora a fundação da cidade, na verdade, a data caracteriza a emancipação do município.

Historiadores como Abílio de Barros (2004) assinala que é evidente que José Antonio Pereira não descobriu aquelas terras, pois naquela imensa extensão já viviam algumas famílias e, por esse motivo, fica reconhecido a José Antonio não o título de descobridor daquelas terras, mas sim o iniciador do primeiro núcleo de moradores.

Foi também José Antônio Pereira responsável pela construção da primeira igreja de Campo Grande, feito esse realizado como forma de pagamento de uma de suas promessas, ergue-se então a Igreja de Santo Antônio, (vide figura 1), casando-se ali o seu filho Antônio Luís com Ana Luísa, da família Souza, entrelaçando-se ali a primeira geração de campograndenses (BITTAR, 2004).

**Figura 1** - Igreja Santo Antonio - 1ª Igreja de Campo Grande - MS



**Fonte:** Disponível em: <[http://jaciramuller.blogspot.com.br/2010\\_07\\_01\\_archive.html](http://jaciramuller.blogspot.com.br/2010_07_01_archive.html)>. Acesso em 15 out 2011.

**Figura 2** - Igreja Santo Antonio - década de 30 a 80



**Fonte:** Disponível em: <http://www.capital.ms.gov.br/arca/fotos/7194>. Acesso em 15 out 2011.



**Figura 3** - Igreja Santo Antonio - reconstruída em 1989



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.educamor.net/figuras/igrejasantoantonionova.jpg>>. Acesso em: 15 out 2011.

As imagens trazem ao longo do tempo as modificações gradativas que a Igreja Santo Antonio passou (ver figura 2 e 3).

De acordo com Bittar (2004), a primeira forma de economia gerada na cidade se deu por meio da pecuária, pois, a cidade era o centro de compra de boi magro que era levado para Uberaba para ser engordado e, posteriormente, revendido em São Paulo. Devido a este comércio e as constantes viagens dos tropeiros à cidade, passou a se desenvolver a atividade econômica na tentativa de suprir as necessidades dos que ali estavam.

Segundo Rodrigues (1980, p. 50), o vilarejo “despertava a atenção de várias regiões do Brasil pela qualidade do seu clima, pela fertilidade de seu solo, que acabou por lhe render a fama de riqueza e também por possuir uma localização privilegiada”.

Com o desenvolvimento do comércio, a cidade passou a chamar a atenção de muitos, vista assim como um centro promissor, atraindo muitas pessoas de composição social diferenciada do núcleo inicial da cidade, criando conflitos entre essas classes sociais, fazendo com que tais situações fossem resolvidas na “bala”, o que acabou por gerar uma péssima reputação ao vilarejo, sendo assim conhecido como terra sem lei (BITTAR, 2004).

Enfatiza ainda a autora, que devido a esses fatores, algumas famílias que inicialmente ali se instalaram se mudaram para as fazendas um pouco mais distantes da vila. Foi então que em 26 de agosto de 1899, Campo Grande foi elevada à Município, deixando de fazer parte da comarca de Nioaque, fato esse que poucos presenciaram, pois estavam localizados mais distante do vilarejo devido à violência que ali se desenvolvia, e também porque o decreto de emancipação fora assinado em Cuiabá.

Tratando-se ainda de economia, em 1900, a primeira estrada de Campo Grande foi aberta por Manuel da Costa Lima. Inicialmente, seu caráter era mais como atividade boiadeira, pois ligava a cidade ao Porto XV; atualmente é conhecida como BR-163 (BITTAR, 2004).

Posteriormente, novas estradas surgiram ligando a cidade a outros Estados, promovendo assim seu desenvolvimento econômico. Em 1907, começou a formação das estradas de ferro ligando as bacias fluviais de Paraná e Paraguai e os países vizinhos Bolívia e Paraguai.

Com todo esse desenvolvimento à tona, a cidade atraiu diversos profissionais para trabalhar nas obras de expansão e de projeto de crescimento urbanístico, assim como prestadores de serviços à comunidade como, por exemplo, advogados. Nessa fase de transição e crescimento da cidade, a população que residia em Nioaque deixou gradativamente aquele município, atraída pelas novas oportunidades trazidas inclusive pela estrada de ferro.

O traçado da cidade a ser povoada, ditada pela construção e evolução das linhas férreas, e o primeiro sentido de crescimento se deu pela região oeste onde as barreiras físicas foram vencidas pelas construções das linhas férreas, efetivando-se em 1930 com a instalação dos quartéis.

Bittar (2004) menciona que no início dos anos 20, a Avenida Afonso Pena começa a ser urbanizada (ver figura 4), desenhando-se então a Praça Ary Coelho, caracterizada pelo seu jardim.

**Figura 4 - Avenida Afonso Pena**



**Fonte:** Disponível em: <[www.seop.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site](http://www.seop.ms.gov.br/index.php?templat=vis&site)>. Acesso em 12 set. 2011.

Nesse momento, revela Carlos (1994, p.181), que à medida que a cidade vai se materializando começam a aparecer as contradições, ficando mais evidente a divisão social, resultado do processo de reprodução do capital. Neste sentido retrata Lefébvre (1991, p. 126):

[...] durante longos séculos a Cidade foi percebida, concebida, apreciada em face do campo, mas através do campo, em face da natureza. Ora, há um século a situação se reverteu: o campo é concebido e percebido em referência à cidade. Ele recua diante da cidade que o invade.

Lima (2002) analisando a evolução das cidades e, mais especificamente a cidade de Campo Grande, retrata em sua obra a evolução dessas, do modo rural para o modo urbano, revela que o resultado desse processo na história refletiu um êxodo do campo para cidade, trazendo assim uma superpopulação, o que acentuou cada vez mais o resultado desigual da divisão social do trabalho.

Retrata ainda a autora, que devido a essa rápida explosão pela procura dos centros urbanos, muitas cidades não estavam devidamente estruturadas para comportar as exigências sociais daquele período. Foi assim que começaram a surgir os surtos e epidemias, em razão do precário planejamento sanitário e higiênico, ou

seja, as cidades brasileiras tiveram que repensar seus espaços urbanos a fim de que pudessem fornecer melhores condições de saúde à população.

Segundo Lima (2002), analisando tais questões, em 1905, Campo Grande teve a promulgação pela Câmara Municipal do seu primeiro Código de Posturas, trazendo assim critérios de saneamento e civilização. Nesse documento, o autor relata que eram traçadas diretrizes para a cidade, assim como funcionamento de estabelecimentos de alimentação, circulação e criação de animais nas ruas da cidade, como também a forma de conservação e construção de casas, ruas e Praças, organizando cada vez mais o espaço urbano do local.

Oliveira e Oliveira (2011) assinalam que em 1906 foi instituída uma lei específica que tratava da aprovação e regulamentava a criação do traçado alinhado das ruas de Campo Grande, com intuito de facilitar o trânsito de pessoas, animais e veículos atentando-se ainda para questões de saúde e civilidade.

Diante deste fato, em 1909, a pedido da prefeitura, o engenheiro Nilo Javari Barém desenhou a primeira planta da cidade, conhecida como um tabuleiro de xadrez, pois segundo o autor, “era um quadrilátero de nove logradouros no sentido leste-oeste e outros cinco, no sentido norte sul”.

De acordo com Rodrigues (1980, p. 90) assim ficou determinado na lei:

Art. 1º - Fica aprovado o plano para alinhamento das ruas e Praças desta vila de acordo com a planta confeccionada pelo cidadão Dr. Nilo Javari Barém e apresentada pelo Sr. Intendente Geral do Município, cujas ruas e Praças terão as denominações seguintes: 1. Partindo-se de sul a norte: a primeira, rua Afonso Pena; a segunda, 7 de setembro, a terceira, 15 de novembro; a quarta, Av. Marechal Hermes; e a quinta rua [...] 2. Do nascente ao poente; a primeira, rua José Antônio; a segunda, 15 de agosto; a terceira, Pedro Celestino; a quarta, 24 de fevereiro; a quinta, 13 de maio; a sexta 14 de julho; a sétima, Santo Antônio, a oitava, Inhandui; a nona e a Praça entre a Av. Marechal Hermes (atual Afonso Pena) e a 15 de novembro”.

Nesse planejamento segundo Lima (2002), havia a previsão de construção de quatro Praças, sendo que uma delas já existia no final da rua única, do restante das Praças somente uma nunca saiu do papel a que iria receber o nome de Praça da Concórdia, porém o espaço reservado a mesma fora loteado e cedido para outros fins.

Observando relatos de (2002), fica evidente o crescimento extremamente organizado da cidade de Campo Grande e, mais uma vez, essa situação foi

traduzida em 1941 com o Decreto Lei n. 39, de 31.01.41, que criou o Código de Obras. Este instrumento veio corroborar a ideia da incessante busca pelo crescimento ordenado e organizado da cidade, determinando assim maior zoneamento das áreas urbanas, a proibição de reformas das antigas edificações na zona comercial, observando-se também a necessidade de se institucionalizar os espaços por meio de legislações.

Diante desta situação ficou estabelecido, no que tange ao volume do espaço público, que 20% de cada novo loteamento deveria ser reservado para as ruas e 20% para Praças e jardins.

## 2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS PRAÇAS: ARY COELHO, RÁDIO CLUBE E IMIGRANTES

O presente trabalho se propõe a focar a história das Praças e resgatar todo seu significado do passado até o presente momento, porém tal trabalho foi árduo uma vez que poucos e sucintos são os documentos históricos sobre o tema. Daí a razão por se optar pela percepção de moradores antigos de Campo Grande para se ter um conhecimento real sobre as referidas Praças, produto da memória sentida e vivida por eles.

Diante deste fato, a tentativa desta dissertação é compilar de forma muito mais abrangente e em um só relato a história, o significado, o desenvolvimento local, a memória e atual percepção desses espaços nas áreas urbanas.

### 2.2.1 Praça Ary Coelho

Acompanhando os fatos históricos da urbanização de Campo Grande, Arruda (2000) infere que, a primeira Praça da cidade, também era a principal e sua função tinha cunho religioso, pois aquele local foi escolhido para sediar o primeiro cemitério da cidade.

A justificativa para esta escolha se deu pela proximidade do lugar com a Igreja que perto dali se localizava, desse modo a ligação desta com o cemitério reforçava a simbologia do “campo santo” do local.

Assim, com a criação da planta urbanística realizada em 1909, pelo engenheiro Nilo Javari Barém, que previa a reserva de três espaços para criação de Praças públicas, visualizou-se o primeiro espaço público urbano da cidade, despertando assim a necessidade em transformar aquele espaço público, retirando dali o cemitério e concretizando a expansão da cidade para o lado norte.

Relata Machado (2008), que para tomar tal decisão foi criada uma comissão, forma comum de se resolverem os assuntos mais importantes daquela época, por não existiam líderes municipais para tanto. Descreve Machado (2008, p. 23):

Da reunião promovida foi lavrada a respectiva ata, que constava nos arquivos do escritor Valério d'Almeida, já falecido, descendente dos Vieira de Almeida, e que aqui vai transcrita:

Aos vinte e um dias do mês de Novembro do ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1887, nesta povoação de Santo Antônio de Campo Grande, reunidos os cidadãos Vicente Ferreira da Silva, Filadelfo de Campos Machado, Joaquim Vieira d'Almeida, Possidônio Vieira d'Almeida, José Martins Cardozo e Bernardo Baís, resolveram e de comum acordo combinaram em promover uma subscrição para com o resultado ser feito um novo cemitério em lugar conveniente, visto ser o actual não só insuficiente pelo tamanho e construção como por estar collocado muito próximo ao povoado. E tendo combinado os cidadãos acima nomeados fizeram uma votação para organizar a meza que ficcou composta pela maneira seguinte: Cidadão Vicente Ferreira da Silva, Presidente; Bernardo Baís, Thesoureiro; Filadelfo de Campos Machado, Procurador; Possidônio Vieira d'Almeida, Diretor; Joaquim Vieira d'Almeida, Secretário; José Martins Cardozo, membro adjunto. Em consequência o que passou o secretário a escrever a presente Acta, ficando discutido e resolvido; 1º - Que promovesse desde hoje a subscrição, cujo cabeçalho receberá do secretário, em poder do qual ficará todos os papéis relativos. 2º - Que fica o membro Possidônio Vieira d'Almeida autorisado a mandar o mais breve possível, para aproveitar a vinda do Rvmo. Vigário de Miranda a esta povoação, limpar e postar uma cruz no lugar já determinado para o dito Cemitério, para ser benta; apresentando a conta desta despeza ao Thesoureiro para ser paga, com as mesmas esmolas tão logo lhe seja entregue quantia suficiente. 3 - Finalmente que tão logo tenha resultado suficiente a Comissão se reunirá novamente para dar a planta da obra e chamar concorrência para ser empleitada com quem mais vantagem oferecer. E como assim se organizou em combinação de todos assigna o Presidente e mais um membro da Comissão.

Machado (2008) assinala que o cemitério foi transferido para um local denominado Boa Vista, localizado nos altos da Avenida Bandeirantes, no bairro

Amambaí, e que, por ironia do destino, o primeiro sepultamento foi o do seu fundador José Antônio Pereira.

Fazendo referência à obra de Arruda, (2000), após toda essa transformação o espaço ganha status de Praça pública e o primeiro nome dado ao local foi de Praça Dois de Novembro, para referenciar o antigo uso da Praça. Posteriormente, a Praça recebe o nome de Santo Antônio, pois a referida área foi doada em 1912 para ser sede da matriz do padroeiro, o que não ocorreu.

Ainda com o linguajar popular, o local ficou conhecido em meados de 1915, como Jardim Público, deixando assim suas antigas denominações; posteriormente, em 1920, recebeu a denominação de Praça da Independência e, no início dos anos 30 do século XX, como mais uma tentativa de incutir uma denominação com um significado representativo ao local, passou sua denominação para Praça da Liberdade, uma referência ao passeio público que o local representava.

Para Arruda (2000), em meados de 1953, a Praça recebeu o nome de Ary Coelho, (ver figuras 5 e 6), homenagem dada ao personagem que esteve à frente da prefeitura municipal de Campo Grande até novembro de 1952. Nesta data foi assassinado em Cuiabá, por motivo de divergências políticas, na sede do Departamento de Estrada e Rodagens do Governo do Estado do então Mato Grosso. O fato se deu porque na época, Ary Coelho, pensava em desmentir as declarações de um jornal cuiabano contra a sua administração, sendo assim desafetos acabaram assassinando-o com um tiro na cabeça.



**Figura 5** - Praça Ary Coelho – década de 50



**Fonte:** Disponível em: <[http://www.capital.ms.gov.br/egov/arca/galeria/20101119162714\\_1465.jpg](http://www.capital.ms.gov.br/egov/arca/galeria/20101119162714_1465.jpg)>. Acesso em 5 out 2011.

**Figura 6** - Jardim municipal, hoje Praça Ary Coelho



**Fonte:** Disponível em: <[http://www.capital.ms.gov.br/egov/arca/galeria/2010111916\\_2715\\_152.jpg](http://www.capital.ms.gov.br/egov/arca/galeria/2010111916_2715_152.jpg)>. Acesso em 5 out 2011.



Wilson Fadul que assumiu a Prefeitura após a morte de Ary Coelho, em 21 de Novembro de 1952, inaugurou na Praça, em homenagem ao prefeito falecido, uma estátua em bronze, de corpo inteiro onde consta-se a mensagem: “Por um regime de responsabilidade, honestidade e trabalho” e nas laterais do monumento foram colocadas alegorias de uma ambulância e uma motoniveladora em paisagem urbana, as quais se presume que sejam referências aos objetivos de sua administração (ver figura 7).

Ary Coelho era um respeitável médico nascido no dia 10 de fevereiro de 1910 em Paranaíba /MS e que eleito assumiu a prefeitura de Campo Grande em 31 de janeiro de 1951.

**Figura 7** - Estátua de Ary Coelho



**Fonte:** Disponível em: <<http://bioteotoniovillela.blogspot.com>>. Acesso em 15 out 2011.

Conforme registro histórico da revista ARCA (2002, p. 8), em meados de 1922, o local sofreu algumas remodelações ganhando um projeto elaborado pelo Intendente Arlindo de Andrade, “projeto este que se manteve inalterado até 1990, e que resguardava os ideais ecléticos do local, com traçado em formato de cruz, posteriormente onde havia um coreto foram construídos canteiros com plantações de árvores”.

Na obra “O município de Campo Grande em 1922” de Arlindo Andrade Gomes, publicada no dia 7 de setembro de 2004, o autor, um amante da botânica, deu sua contribuição para a Praça Ary Coelho, plantando dois jequitibás, sendo que

um deles até hoje permanece na Praça, localizado dentro da área reservada aos brinquedos, na confluência entre as ruas 13 de Maio e 15 de Novembro.

Também foi construído um coreto e uma pérgula, local este que em 1925 instalou-se o Pavilhão do Chá, também chamado de Capelinha e Jardim Bar, trazendo assim uma alternativa de lazer para a cidade. Mais tarde, o espaço foi transformado em Biblioteca Municipal pelo Prefeito Eduardo Olímpio Machado. Relatos de Garcia (2009), afirmam que junto ao coreto existiam quatro ícones brancos de musas, estas representavam as estações do ano (ver figura 8).

**Figura 8** - O coreto da Praça Ary Coelho



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.pmcg.ms.gov.br/arca>>. Acesso em 15 out 2011.

Em 1928, foi inaugurado um busto feito por Rodolfo Bernardelli para homenagear Pandiá Calógeras, Ministro de Guerra do Presidente da República Arthur Bernardes (ver figura 9). A homenagem ao ministro deveu-se ao reconhecimento do povo campograndense pela transformação da cidade em sede da Circunscrição Militar, hoje a 9ª Região Militar.

**Figura 9** - Busto de Pandiá Calógeras - Praça Ary Coelho



**Fonte:** Disponível em: <[http://pantanal.atspace.com/cidade\\_07/foto\\_176.html](http://pantanal.atspace.com/cidade_07/foto_176.html)>.  
Acesso em: 10 out 2011.

Na Praça, existiam alguns tanques que serviam para enfeitar o jardim, mas como estes começaram a apresentar infiltrações, o prefeito da época, Carlos Hugueney Filho, mandou aterrjá-los, sendo que mais tarde foram restaurados ainda que continuassem vazios.

Em 1957, o então Prefeito Marcilio de Oliveira Lima autorizou a demolição do coreto e a construção em seu lugar de uma fonte luminosa construída pelo engenheiro Anees Salim Saad (ver figura 10).

Segundo Garcia (2009), a fonte foi obra de encanto para quem por ali passava com suas águas produzindo efeitos multicoloridos ao som de lindas músicas, frisando inclusive as valsas de Strauss. Em sua obra, finaliza sua memória histórica afirmando com muito pesar o pouco tempo que duraram essas belas apresentações, mas lembra ainda de outro marco do local quando em 1957, instalou-se a Biblioteca Pública que possuía muitos funcionários exemplares que se destacavam pelo perfeito atendimento dentre eles, Japira Alves do Vale e Catarina de Almeida.



Para Garcia (2009), ainda existia na Praça, na saída da Rua 15 de novembro uma estátua famosa de um cão sentado sobre as patas traseiras, que fora destruído juntamente com o coreto.

**Figura 10** - Fonte luminosa da Praça Ary Coelho



**Fonte:** Disponível em: <[http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?em= 2&p=2&n=479\\_921](http://rmtonline.globo.com/noticias.asp?em=2&p=2&n=479_921)>. Acesso em: 15 out 2011.

**Figura 11** - Vista geral da Praça Ary Coelho



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.mochileiro.tur.br/campo-grande.htm>>. Acesso em: 15 out 2011.

Ainda no que tange à sua estrutura física, em 1970, foi implantado o playground e realizado um alargamento na calçada da Avenida Afonso Pena para facilitar o passeio e a fluidez dos transeuntes no local (ver figura 11).

Em 1996, a prefeitura realizou um projeto e reestruturou toda a Praça, reformulando os canteiros, restaurando a fonte, foi construído ainda um anfiteatro, sanitários e posto policial, sempre buscando conservar o desenho eclético do local, propondo o resgate de usos tradicionais no que se refere ao lazer, cultura, comércio e informação.

Segundo Martins (2010, p. 40):

O antigo projeto seguia uma linha clássica, em formas geométricas e o projeto de reforma quebrou esta rigidez, empregando formas orgânicas na reformulação dos canteiros. Porém, a tradição da Praça e seu traçado eclético não foram esquecidos completamente no novo desenho: os autores do projeto propuseram um desenho de piso na forma dos antigos caminhos, ao qual se sobrepôs o novo desenho. Um revestimento de piso de cor avermelhada representa o antigo traçado dos canteiros e os caminhos novos são demarcados por grelhas de pedras no piso. O que aconteceu de muito positivo nesta requalificação é que, mesmo com significativas alterações, não houve uma mudança estrutural no antigo programa. Foram acrescentadas algumas atividades de lazer e cultura e também acréscimo de áreas de piso.

Contemporaneamente, assim pondera Oliveira Neto (2005, p. 197), com relação à Praça Ary Coelho, denominada anteriormente como Passeio Público devido à sua forte sociabilidade:

[...] hoje se restringe à freqüentação de usuários do transporte coletivo, de alguns aposentados e desocupados. Nela, alguns shows de pagode [...], manifestações de protesto ou afirmação política, como parada gay ou pela paz, acontecem simbolizando as manifestações atuais, típicas dos centros das grandes cidades.

É importante ressaltar que a Praça Ary Coelho desde setembro de 2011, encontra-se fechada para uma completa reforma, que atenderá ao projeto de revitalização do centro de Campo Grande. A administração municipal tem investimentos voltados à reforma, na ordem de cerca de R\$ 2,1 milhões, valor este divulgado nos principais jornais da cidade.

Dentre as principais transformações que ocorrerão na Praça e que visam não só diminuir as ações dos vândalos, como também inibirem atos de violência,

está o fechamento do espaço público por meio de grades e a construção de cinco portões de acesso.

Esta enérgica ação tem por objetivo atrair os turistas ou nativos da terra para a Praça como um dos cartões mais emblemáticos da cidade. Ressalta-se, também, que haverá a revitalização da Fonte Luminosa com adaptação de um sistema de iluminação, assim como prevê também a renovação da área que atende aos idosos, não só voltada às mesas para os jogos de xadrez e dama como também a instalação de uma academia ao ar livre. Prevê-se, ainda, a reforma do coreto, palco de manifestações culturais, políticas e sociais em Campo Grande.

### **2.2.2 Praça da República – “Rádio Clube”**

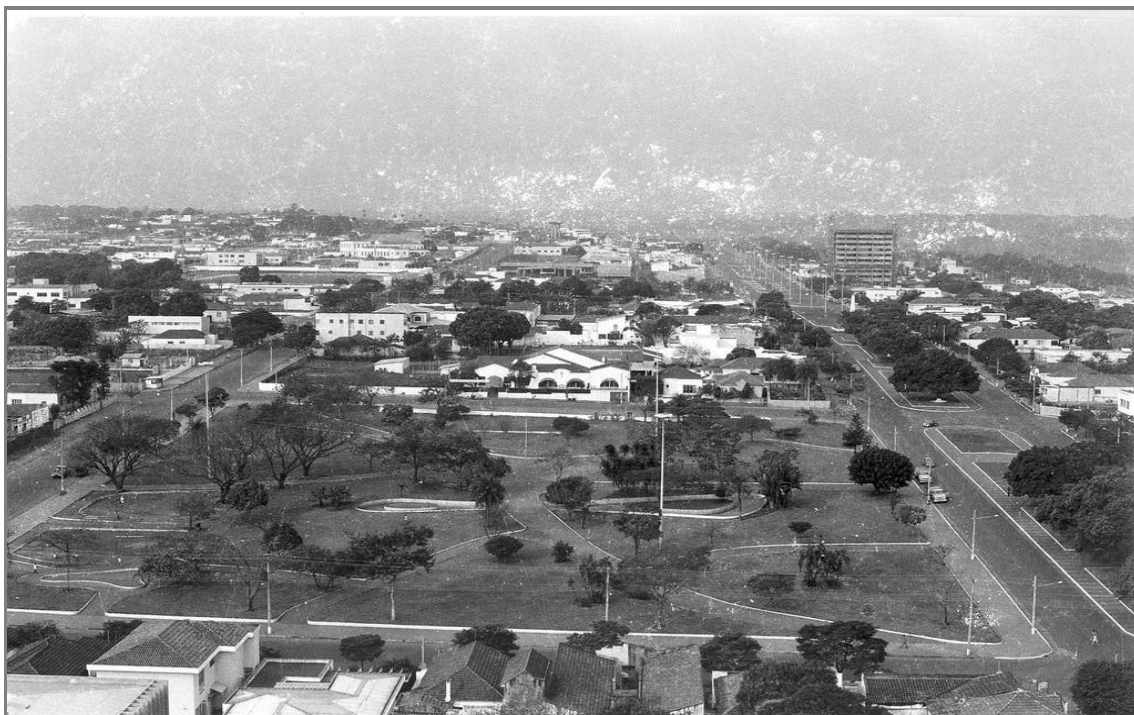
De acordo com o jornal Correio do Estado, datado no dia 13 de Abril de 1999, assim como a revista Arca (2002), no que diz respeito à Praça do Rádio, ou melhor à Praça que originalmente recebeu o nome de Praça da República, esta foi remodelada ao longo dos anos várias vezes. Tal área surgiu por meio da Resolução 98 A, do dia 21 de julho de 1915, em que o 1º Vice Intendente em exercício no município de Campo Grande Fernando Novaes concedeu por aforamento perpétuo a área de 19.200 m<sup>2</sup> a Santo Antonio e Nossa Senhora da Abadia, sendo tal decisão deliberada em 19 de maio de 1915 pela Câmara Municipal. A referida área fica situada entre as ruas Pe. João Crippa, Pedro Celestino, Barão do Rio Branco e Avenida Afonso Pena em Campo Grande.

De acordo com as informações contidas na referida revista e no jornal, naquela época, ficou determinado não só que fosse construída a Matriz da cidade, naquele local, igreja destinada ao Santuário dos Santos, como também que antes do início da construção a planta duplicada deveria ser submetida para as devidas considerações da Intendência. Sobre este assunto, Arruda (2000) destaca que embora o local fosse destinado ao uso religioso, onde seria edificada a Igreja Matriz e a Catedral da vila, o local era motivo de divergências entre o poder público e o religioso.

Durante aquela época, o local ficou conhecido como Praça da Diocese. Segundo Machado (2008), após a transferência do Rádio Clube, tradicional clube

social, em 1943 para frente da Praça, a prefeitura realizou a permuta daquela área da Diocese por outro terreno maior.

**Figura 12** - Praça do Rádio - década de 60



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php>>. Acesso em: 10 out 2011.

Conforme relata a revista ARCA e o jornal Correio do Estado de 27/28 de agosto de 1992, foi inaugurada no dia 26 de agosto de 1962, a Praça da República, com uma missa campal em ação de graças, celebrada por D. Antonio Barbosa, Bispo Diocesano. Porém, em 1977, com a divisão do Estado, o local recebeu o nome de Praça Ernesto Geisel e, posteriormente, voltou a denominar-se Praça da República. Por intermédio da lei Municipal n. 3.375, sancionada pelo prefeito Andre Puccinelli, em 15 de outubro de 1997, o local passou à denominação de Praça do Rádio Clube, exatamente por ficar na frente do tradicional clube social da cidade (ver figura 12).



**Figura 13** - Praça do Rádio Clube na atualidade



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=458038&page=8>>. Acesso em: 12 out 2011.

A Praça do Rádio Clube recebeu inúmeras obras que marcaram fatos e que até mesmo homenagearam personalidades (ver figura 13). Dentre eles, pode-se destacar a Estátua do Dr. Vespasiano Barbosa Martins, que foi governador do Estado de Maracaju por 03 meses, quando se deu o Movimento Divisionista no Sul do estado na Revolução Constitucionalista em 1932. Este monumento foi inaugurado no dia 31 de dezembro de 1978, e doado por vários membros da comunidade (ver figura 14)

**Figura 14** - Homenagem a Vespasiano Barbosa Martins



**Fonte:** Disponível em: <<http://matequente.blogspot.com.br/2010/10/quem-e-homenagem-da-praca-do-radio.html>>. Acesso em: 15 out 2011.



Dois outros monumentos construídos de notável importância neste espaço, foi o da imigração japonesa no Brasil, inaugurado no dia 26 de agosto de 1979, por ocasião do 79º aniversário da cidade, criado por Aykawa e doado pela Associação Esportiva Cultural Nipo Brasileira. Representa uma miniatura de uma casa típica japonesa e comemora os 70 anos da chegada das 26 famílias pioneiras a região sul-mato-grossense.

Em 26 de agosto de 1988 foi instalada a obra “Espaço Monumento Infinito e Vibração Cósmica”, doada pelo artista plástico Yutaka Toyota em comemoração aos 80 anos da imigração japonesa no Brasil e no 89º aniversário de Campo Grande (ver figura 15).

**Figura 15** - Monumento em homenagem à imigração japonesa no Brasil



**Fonte:** Disponível em: <<http://confambpw.blogspot.com/2011/05/xxiii-confam-se-aproxima-aguardamos.html>>. Acesso em: 12 ago 2011.

Após uma revitalização concluída no ano de 2000, a Praça Rádio Clube, teve seu paisagismo remodelado assim como reconstruído seu parque infantil. Foram também construídos um quiosque de arte, uma loja de artesanato e uma concha acústica, local que serve para a concretização de projetos artísticos e culturais que acontecem há mais de uma década na referida Praça, na primeira quinzena de cada mês.

A Praça do Rádio Clube busca reforçar seus laços sociais e culturais por meio de diversos incentivos a artistas locais e nacionais com a promoção de vários

eventos de cunho artístico, religioso, enfim culturais: apresentação de peças teatrais, concursos de bandas, danças.

Há cerca de um ano também é sede toda 4ª feira de uma feira de produtos orgânicos (verduras e frutas) que atende à população de Campo Grande que ali ocorre.

### **2.2.3 A Praça dos Imigrantes**

Conforme a geógrafa, historiadora e professora Lygia Carriço de Oliveira Lima (2002), a Praça dos Imigrantes possui uma grande importância histórica na formação da cidade de Campo Grande.

Inicialmente, conforme a autora, a Praça era um grande matagal que servia de pastagem para os animais puxarem as carroças, carros de boi, carretas e tálburis que ali ficavam estacionados. No local, corria um rego de água que descia até a Rua 15 de novembro, passava pela atual Rui Barbosa e chegava até ao córrego Prosa, sendo que posteriormente foi construído ali um bebedouro rústico.

A Praça dos imigrantes também serviu de cenário para diversos acontecimentos marcantes da cidade, como o casamento de Bartolino Antonio de Oliveira e Eugênia no ano de 1888, em que os noivos passaram pela referida Praça até chegarem a Igreja de Santo Antonio, sob intensa queima de fogos de artifícios.

A Praça em questão, hoje está localizada no encontro das ruas Rui Barbosa com a Rua 26 de agosto e foi neste local que em 1898 foi instalada a Farmácia São José, de propriedade do casal Idalina Maria das Dores e José Alberto Pereira, sendo este considerado o primeiro farmacêutico diplomado daquele povoado. Algumas referências foram ainda de grande relevância para a Praça, pois, por volta de 1905, o local serviu de estacionamento para o vapor Carmelita, puxado por aproximadamente 200 bois e tendo a sua frente Manoel da Costa Lima, que chegou do Paraguai por meio fluvial até Aquidauana e dali por terra até Campo Grande (ver figura 16).

**Figura 16** - A antiga Praça dos Imigrantes



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.capital.ms.gov.br/arca/noticiaCompletaPortal?id>>. Acesso em> 10 ago 2011

Em meados de 1909, o primeiro plano de arruamento realizado pelo engenheiro Nilo Javari Barém não contemplou a Praça dos Imigrantes em seu traçado. Em 1912, a Praça também se destacou com a improvisação de um altar para receber a imagem de Nossa Senhora da Abadia, que foi esculpida na França. Muitos campograndenses demonstraram o enorme significado de tal recepção, pois realizaram-se ali rezas e passagens de cortejos religiosos em direção a Igreja de Santo Antonio.

Segundo Lima (2002), o primeiro nome que a Praça recebeu foi de Costa Marques, nomeado na época de Presidente (governador) de Mato Grosso Uno. Este realizou uma visita a cidade em 1912 e em decorrência dessa visita muitos benefícios repercutiram na cidade, dentre eles, na área da saúde, educação e vias de comunicação entre outros, foi então que em 13 de outubro de 1912 a Câmara Municipal, por sugestão do prefeito José Santiago, deu à Praça o nome de Costa Marques.

Foi também no ano de 1912 que um casal de mineiros, Jerônima e Bento Gomes Benjamim resolveram instalar em frente à Praça, onde ficava a antiga escola São João, a Pensão Bentinho, local que abrigava visitantes, imigrantes, fazendeiros, ao vilarejo.

De 1955 a 1959, na gestão do prefeito Marcílio de Oliveira Lima, juntamente com seu secretário de obras Hélio Martins, o espaço foi urbanizado,

sendo assim arborizado com ipês roxos, flamboyants tornando-se assim um local apreciado para realizar passeios e para se apreciar a beleza das árvores. Somente com o passar dos anos, o local deixou não só de se chamar Praça Costa Marques, recebendo assim seu atual nome de Praça dos Imigrantes como também passou por novas remodelações.

A Praça dos Imigrantes se destaca por possuir um cunho diferenciado de atratividade, uma vez que naquele local há um espaço reservado onde estão instalados box individualizados, que servem para que artesãos possam vender produtos artesanais regionais para os transeuntes e turistas que por ali transitam (ver figura 17).

**Figura 17** - Praça dos Imigrantes



**Fonte:** Disponível em: <<http://www.falams.com/?p=26430>>. Acesso em 15 out 2011.

### **3 AS PRAÇAS SOB A ÓTICA DA MEMÓRIA, CULTURA E IDENTIDADE: PERCEPÇÕES VIVIDAS E SENTIDAS**

A importância do resgate da memória para este trabalho, voltando-se para a questão da cultura e no desdobramento da identidade de seu povo, se deu devido à ínfima quantidade de documentos que se encontra a respeito das Praças públicas. No entanto, o que mais desperta a curiosidade é que é exatamente neste espaço que se encontram as maiores referências das questões sociais, econômicas e culturais do passado, no que diz respeito ao surgimento da cidade de Campo Grande.

Busca-se a reconstrução das memórias de personagens que, de alguma forma, tiveram seus familiares e até mesmo seus estudos voltados a esta questão, mas que até o presente momento se encontrava desfalcado de um arquivo compilado, relatando desde a história desses espaços públicos até a memória de quem por ali esteve.

A memória, em termos mais precários nos conduz conforme Moreira (2005), à presença do passado, pois é uma construção psíquica e intelectual que acarreta uma representação seletiva, de um indivíduo ou mesmo dele com sua coletividade e que traduz seu contexto familiar, social, nacional.

Todavia, vale ressaltar que a memória não caminha separadamente da história, conforme afirmação de Moreira (2005), a verdade somente poderá ser refletida na história se espelhar-se na memória, o que implica dizer que estas questões deixam de lado o campo da objetividade e juntas devem caminhar mais pelo campo da interpretação, influenciadas pelos grupos sociais que em um apanhado histórico retratam os fatos por meio de suas memórias.

Para tanto, imprescindível é observar que o resgate do passado é a primeira garantia de um sentido para se reconstruir o presente e sobre este assunto Teles (2001, p. 2) traz a seguinte afirmação:

Ao recorrermos à memória dos relatos e testemunhos das épocas passadas, estamos transformando essas narrativas em história, fazendo com que um amontoado de fatos ganhe sentido. O narrador histórico é aquele que procura o sentido das ações humanas e encontra nelas uma conexão com os acontecimentos que se precipitam no presente. Sua importância não está em apresentar uma imagem do passado, tirando sua autenticidade, mas em transformá-lo em uma experiência política única que possa renovar o futuro com seu reconhecimento no presente.

Importante destacar ainda a questão de que os recortes do passado possibilitam o resgate de um período, de uma era, e que assim sendo de acordo com Rousso (1998, p. 94-95), “garantem a continuidade do tempo permitindo assim resistir a alteridade que acaba por constituir um elemento de identidade da percepção de si e dos outros”.

Na medida em que tais realizações e transformações adquirem um grau maior de complexidade, os grupos sociais se tornam, também, progressivamente mais complexos. É nessa contextualização que os conhecimentos ideológicos se constroem na sociedade, para representar e conceber o mundo, constituindo, assim, uma memória coletiva.

Contudo, considerando que a memória tenha um papel significativo na construção da história, vale ressaltar que conforme Peter Burke (2000, p. 73), “existem dois aspectos a serem considerados: a fonte histórica e o fenômeno histórico”.

No primeiro aspecto, se estuda a memória para dar alicerce à fonte histórica e que juntamente os historiadores buscam fazer uma análise dos documentos históricos elaborando assim algumas críticas da reminiscência, embutindo-se valores significantes a história oral.

Já no fenômeno histórico, dá-se mais valor à “história social do lembrar” verificando que tal fato ocorre de forma mais seletiva e que variam de lugar para lugar se transformando com o passar do tempo, Burke (2000, p. 73) afirma que, “as memórias são maleáveis e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade”.

Outro aspecto a ser observado é que se constata que a memória é questão *si ne qua non*, para apreciar um fato histórico e que seu desdobrar por meio de documentos necessita ser confrontado com as histórias orais, pois, somente assim, quer seja pelo individual, quer seja pelo coletivo, se obtém a mais pura e



relevante memória que se pode resgatar, ou seja, a memória daqueles que de uma forma ou de outra vivenciaram, ou que até mesmo, por datas e motivos marcantes de suas vidas, destacam um ou outro acontecimento de que tem na lembrança.

No que tange à questão de memória e história a “memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Deve-se trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 1994, p. 477).

Ao se referenciar as três Praças da capital do estado do de Mato Grosso do Sul, cabe à memória social orientar esse ser-fazer. Essa memória social constitui o conjunto de conhecimentos, no que concerne ao tempo vivido, lembrado e memorizado socialmente, que é popularmente chamado de tradição ou de cultura.

Na acepção da palavra, Sternberg (2000, p. 110) pontua que “a percepção é um conjunto de processos pelos quais reconhecemos, organizamos e entendemos as sensações recebidas dos estímulos ambientais, abrange muitos fenômenos psicológicos”. De acordo com o autor há duas teorias de percepção: a construtiva em que o indivíduo cria uma percepção a partir de um estímulo no uso de informações sensoriais, aliando o que se sente com as inferências (deduções com base no conhecimento) e fundamentando assim as fontes de informações.

Já a percepção direta, esta se restringe às informações dos receptores sensoriais, incluindo o ambiente. As duas teorias se antagonizam e foram definidas como teorias gestálticas.

A percepção social, processo básico de interação humana, está muito relacionada com os grupos sociais, com o contexto social em que a pessoa está inserida. Rodrigues (1975, p. 224) apresenta o conceito de percepção social apontando alguns fatores que a influenciam, dentre eles a seletividade perceptiva, condicionamento, experiência prévia, fatores contemporâneos aos fatores perceptivos.

Pontua Rodrigues (2009) que a percepção é a função cerebral que atribui significado a estímulos sensoriais, a partir de histórico de vivências passadas. Através da percepção um indivíduo organiza e interpreta as suas impressões sensoriais para atribuir significado ao seu meio. Consiste na aquisição, interpretação, seleção e organização das informações obtidas pelos sentidos.

A memória, além de requerer grande energia mental, conecta pedaços de memória e conhecimentos com a finalidade de gerar novas ideias e reter conhecimentos, informações, etc.

A história de cada Praça reconstruída por meio de documentos históricos e por meio da memória traz à tona o desvendar coletivo e não somente o individual, servindo assim de referências para resgatar o passado, embasar o presente e despertar o futuro no que se refere às questões da conservação de um povo do valor de sua cultura e do despertar de sua identidade.

É nesse diapasão que se pode inserir e se pronunciar sobre desenvolvimento local e sua relação com as Praças, tema central deste trabalho. A década de 1980 caracterizou-se pela introdução de outras noções sobre desenvolvimento, principalmente, com a ideia de Desenvolvimento Local e, com ele, outras formas de compreensão de intervenção e participação social. Estas novas ideias possuem como pontos fundamentais a valorização social e das pessoas, colocando-as como protagonistas no processo de desenvolvimento.

### 3.1 O DESENVOLVIMENTO LOCAL E AS PERCEPÇÕES DA MEMÓRIA DOS ATORES SOCIAIS

Para atingir o foco central deste trabalho foi de suma importância coletar entrevistas de atores sociais que têm sua vida relacionada à cidade, pois, somente por meio do resgate de suas memórias conjugados aos precários registros documentais históricos das Praças, resultariam assim as percepções mais complexas no que tange ao patrimônio cultural, por muitas vezes renegado a simples espaços públicos, mas quando desvendados em seu íntimo, revelam toda a identidade cultural de um povo e o desenvolvimento do local.

Ao transcrever as percepções históricas acerca das entrevistas, no que tange ao papel das Praças na atualidade, os atores foram precisos ao lembrarem muitos fatos históricos que lá vivenciaram ou que simplesmente foram matérias de notícias.

Algumas questões nortearam as entrevistas coletadas e, dentre ela, a que inicialmente foi dirigida, referia-se a avaliar o papel das Praças na atualidade,



lembrando-se que o presente está enraizado na história vivida e sentida em uma cidade.

A Praça de maior repercussão sem sombra de dúvidas, a mais central da cidade é, a Praça Ary Coelho, foi referendada pelos entrevistados como, por exemplo, por João Pereira da Rosa<sup>1</sup>, a quem “a história vivida e sentida nas Praças teve um papel agregador, já na atualidade, o papel das Praças mudou, a Praça Ary Coelho serve mais aos usuários dos ônibus que tem pontos de estacionamentos na rua 15 de Novembro e 13 de Maio”.

Outro entrevistado, o professor Américo Ferreira Calheiros<sup>2</sup>, relata que “nos tempos passados as Praças tinham papel de sociabilidade [...] e os atrativos existentes no passado davam mais valor à vida social”.

Já o fotógrafo Roberto Higa<sup>3</sup>, traz um olhar social à Praça Ary Coelho, pois de acordo com o entrevistado:

Era na Praça Ary Coelho, que aconteceram as manifestações das “Diretas já”, “fora Collor”, passeatas, manifestações públicas, tudo partia da Praça os grandes comícios de políticos do Estado terminavam sua campanha ali, a história da cidade passa pela Praça Ary Coelho.

Durante a coleta dos dados da entrevista, ficou claro que ao resgatar o papel das Praças no passado, pairava nos atores um ar nostálgico, visto que ficou constatada a transição de valores desses espaços. Alguns, por um momento pararam para refletir por meio de suas sensações que as Praças não despertam e nem mesmo refletem os mesmos valores que possuíam no passado.

Neste contexto se insere a entrevista concedida a esta pesquisadora pela professora e poetisa Raquel Naveira<sup>4</sup>, a quem “a Praça é um lugar público, herdeira da ágora ateniense, onde aconteciam as decisões políticas e sobre isto, Castro Alves escreveu: “A Praça é do povo/ como o céu é do condor.” Prossegue a entrevistada ao afirmar que “parece distante aquela visão romântica da voz sublime

---

<sup>1</sup> Médico, professor, escritor, primeiro Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

<sup>2</sup> Professor, poeta, escritor e teatrólogo. Foi presidente da Fundação Municipal de Cultura (FUNDAC) e atualmente preside a Fundação de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul.

<sup>3</sup> Fotógrafo atuante em Campo Grande, MS há mais de 35 anos. Assessor de imprensa e na Assembleia Legislativa do Estado.

<sup>4</sup> Escritora, Mestre em Comunicação e Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie/SP, doutoranda em Literatura Portuguesa na USP e professora universitária.

do povo que se elevava nas Praças, mas o elo social se mantém na convivência, no encontro, na cidadania”.

Ainda ressaltando a importância social, todos os atores foram unânimes em afirmar que as Praças no passado tinham um papel de maior relevância do que atualmente. Outro entrevistado, Fausto Mato Grosso<sup>5</sup>, quando indagado a respeito das Praças foi pontual ao destacar que:

As Praças sempre foram um local de encontro, onde a comunidade se relacionava principalmente nas pequenas cidades, hoje talvez ela tenha transitado para outra função, mais de natureza social e de lazer, mas a tradição das Praças é um lugar de encontro das pessoas principalmente nas pequenas cidades e Campo Grande já foi uma pequena cidade. Elas já desempenharam um papel mais importante do que as Praças atuais ou pelos menos esse papel de lugar de encontro, hoje a utilização não é para convivência ou para fortalecer vínculos, hoje existe uma maior individualidade, cada um na sua para aproveitar o espaço que lhe cabe em um espaço público sem que isso signifique tão fortemente como foi no passado uma interação.

Raquel Naveira, considerada “poetisa da fonte”, traduz em forma de poema o papel importante da Praça Ary Coelho e, principalmente, da “Fonte luminosa” em suas memórias de infância e que marcaram a sua identidade poética:

No meio da Praça,  
A fonte de pastilhas verdes,  
Erguida em dois andares,  
Parecia uma taça de sorvete de pistache,  
Embora ache na minha lembrança  
Que era um carrossel de vidro,  
Girando e escorrendo açúcar,  
Neves batidas e claras.  
Foi ali,  
Apoiada sobre o gradil,  
Que me tiraram um retrato:  
Daquela criança  
Guardei a forma como rio  
E o trato amoroso  
Com o beiral da fonte.  
Ela secou,  
Eu sei,  
Diferente de gente,  
Sem rugas,  
Sem mágoas,  
Secou como um charco.  
Como um pântano

---

<sup>5</sup> Engenheiro civil, professor aposentado da UFMS. Foi reitor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, vereador em Campo Grande e Secretário de Estado de Planejamento - MS.

Que vira lodo.  
 Secou,  
 Eu sei,  
 Não é árvore, nem gente,  
 É diferente  
 Bolo gigante  
 Que só se acende  
 Em melancólicas festas da saudade.  
 Secou,  
 Eu sei,  
 Mas mesmo seca  
 Jorra em golfos na memória.

A partir do texto poético, percebe-se que “o espaço urbano Praça, portador de símbolos, mítico que congrega o imaginário e o real, marco arquitetônico e local de ação, palco de transformações históricas e sócio-culturais”, segundo o pensamento de Dizeró (2006, p. 11), é fundamental para as cidades e os cidadãos.

Diante de tal questão, todos os atores foram unânimes em apontar que o papel desempenhado pelas Praças no passado não repercute mais no presente, e que isso se deve principalmente à falta de conscientização da sociedade que desfruta ou mesmo que deveriam desfrutar desses espaços públicos.

Durante a entrevista, abordou-se outra questão voltada a analisar se as Praças tinham sofrido modificações com o decorrer do tempo e qual a percepção dos entrevistados, sobre este assunto, os atores assim ponderaram:

A Praça Ary Coelho (ex Liberdade) reunia aos domingos á noite a banda do Exercito e tinha uma platéia cativa até que apareceu um prefeito “inteligente” que resolveu, sem consultar a população e sem consultas aos freqüentadores, derrubar o coreto (espécie de quiosque) construído ao ar livre para concertos musicais. Construiu no lugar uma fonte luminosa com musica e um tanque ladrilhado [...] (João Pereira da Rosa)

Acho que a Praça como espaço de socialização, ou seja, convivência das pessoas na realidade de Campo Grande foi substituída por outras formas talvez, como a roda dos jovens nos altos da Afonso Pena e na frente dos postos de bebidas. Talvez esses movimentos representem o que era no passado o espaço de convivência das Praças tradicionais. Acredito que a construção de alguns equipamentos para atividades culturais vai ajudar a recuperar a atratividade desses espaços desde que seja uma construção mais especializada. Muitos fatores contribuíram para a modificação dos papeis das Praças inclusive a internet (Fausto Mato Grosso).

A Administração pública cuida o que ela mais utiliza e necessita, por exemplo, a Praça Ary Coelho apesar de todas as revitalizações até hoje não conseguiu alcançar o seu destaque com a sua devida

importância, a Praça Radio Clube com a revitalização superou suas dificuldades de abrigo de marginais e hoje vem satisfazendo os anseios locais. A Praça dos Imigrantes também tem correspondido aos anseios (Américo Calheiros).

Diante desta posição, ou seja, na ausência do papel cultural e social das Praças, destacam-se hoje questões como a falta de identidade da população para com esses espaços públicos, ou seja, em noções mais teóricas, a ausência de identidade cultural reflete diretamente em questões de desenvolvimento local.

O tema em questão foi abordado por Ávila (2005, p. 14) ao traduzir que a busca do significado da palavra cultura entende ser de primordial importância nessa correlação, uma vez que o desenvolvimento local está diretamente ligado com o nível cultural de uma sociedade.

O trabalho em questão tem a proposta de abrir uma das vertentes do desenvolvimento local, ou seja, utilizar essa ferramenta para resgatar valores tradicionais e culturais da sociedade e conforme relatam Martins e Demarco (2001, p. 164):

A valorização dos recursos naturais e humanos, assim como o resgate dos aspectos culturais tradicionais deve ser característica de um processo que combina a inovação nas estratégias de ação com o aproveitamento dos recursos históricos, tradicionais e culturais para a promoção que envolva a população dentro de uma identidade comum. Em muitos casos o resgate de patrimônios culturais, tradicionais e culturais tem se apresentado como a saída para a dinamização dos demais setores da economia, por exemplo, através da promoção de atividades turísticas.

Tal questão foi levantada, pois os atores entrevistados demonstram estar descontentes com a perda de identidade do local ou mesmo com o enfraquecimento do desenvolvimento local no que diz respeito à valorização dos recursos naturais e humanos.

Identifica-se que este questionamento, está facilmente encontrado em trechos da entrevista do Professor João Pereira da Rosa, quando afirma que: “a minha percepção hoje em relação ao papel das Praças é de tristeza, mas o governo prometeu recuperá-las, vamos torcer por esta obra e manter a esperança”.

Há, no entanto, por parte de um entrevistado, a preocupação em mudança de mentalidade da população, voltada à conscientização, preocupação com os espaços públicos, pois de acordo com suas ponderações:

A reforma da Praça Ary Coelho depois de tantas que a Praça já passou, vai adiantar? Nós precisamos ter um pouco mais de preocupação com esses espaços. Uma coisa que eu sinto é que as pessoas que frequentam e precisam ter conscientização das coisas não adiantam reformar e não criar campanhas de conscientização. Não adianta fazer reforma sem conscientização, é necessário deixar claro para a população que aquilo é parte dela (Roberto Higa).

Na concepção de Américo Calheiros, a Praça Ary Coelho “apesar de todas as revitalizações até hoje não conseguiu alcançar seu destaque e sua devida importância”, já a Praça do Rádio Clube “com a revitalização até superou as dificuldades, pois era conhecido como local destinado a abrigo de marginais e hoje é um centro de referência cultural”.

Essa emblemática situação demonstra que os atores que participaram da pesquisa para elaboração do trabalho em questão, são pessoas que contribuem com suas memórias, de forma a resgatar assim o passado sentido e vivido de uma época, e que criaram com o local um sentimento de pertença, por isso relatam com tanto pesar o enfraquecimento de determinadas condutas tão necessárias para o fortalecimento do desenvolvimento local.

Importante mencionar nesse sentido o pensamento de Le Goff (2006, p. 44), pois segundo o autor, “o que sobrevive enquanto memória coletiva de tempos passados não é o conjunto dos monumentos e documentos que existiram, mas o efeito de uma escolha realizada pelos historiadores e pelas forças que atuaram em cada época histórica”.

Dentre os atores entrevistados, diversas são as passagens que resgatam na memória uma história vivida e sentida em épocas passadas no local, e que revelam de forma nítida o papel desses locais na sociedade, mas acima de tudo da crítica feita às ações da comunidade, nas Praças, assim como se pode observar nos relatos de Roberto Higa:

Veja bem, todas as vilas de Campo Grande possuem Praças nós somos ricos em Praças, mas somos ruins na preservação das Praças [...] Eu acho que é falta de conscientização. As Praças não são atrativas porque não são bem cuidadas, as calçadas quebradas, as lixeiras sempre cheias e são poucas, a fonte só serve para concentração de mosquito da dengue, hoje ela se tornou um local mais de passagem para aposentados, mas eles estão alheios a Praças porque eles mesmos não preservam o local que eles utilizam. Nós precisamos de conscientização, porque a administração pública cuida, mas não leva a sério, em alguns locais a maior preocupação

das pessoas localizadas ao redor da Praça são exatamente o tipo de pessoas e doenças que elas podem atrair.

A observação realizada neste enfoque revela que, em todos os apanhados históricos feitos por meio do resgate da memória e da história de um povo, a percepção de que as Praças são locais de partida para a vida social, cultural, política e econômica de uma cidade é sem sombra de dúvidas um consenso comum. O desabrochar e o amadurecimento de uma cidade iniciam-se em uma Praça, e a partir dela fecunda o papel de reforçar os laços afetivos, comerciais, culturais e econômicos.

Os atores que em um determinado momento vivenciaram essas lembranças no passado, hoje guardam um enorme pesar, da força que esses locais perderam com o transcorrer do tempo. A evidência da perda de sentimento de pertença e mesmo da função do local, ficou registrada mais fortemente em dois relatos em que os atores, quer seja por relato escrito, quer seja por relato oral, fizeram com que as lembranças transbordassem suas emoções quando relatam:

A Praça Ary Coelho foi palco do meu trote de faculdade, foi muito divertido, foi uma grande brincadeira, pois os meus colegas que haviam acabado de ser aprovados na faculdade entraram dentro da fonte luminosa e se banharam com grande alegria (Américo Ferreira Calheiros).

Na minha juventude às 19 horas dos domingos dava uma volta pela Praça da Liberdade, ouvia a banda e ia para a rua 14 de julho depois percorria o relógio e chegava até a Dom Aquino em busca de alguma paquera moça, eu sempre estava acompanhado por uma tia ou outras moças, porque o namoro naquela época era coisa séria e só depois de conhecer bem a moça podia arriscar um convite para o cinema, sempre nas matinês das 14h às 16 h e sempre acompanhado (João Pereira da Rosa).

Comparando essas duas realidades, a do passado com a imagem do presente, o que transparece é que a real função das Praças como lugar de desenvolvimento local foi claramente percebida no passado. Os atores sociais estavam envolvidos nesse processo até mesmo por se sentirem parte daquele local, havia a plena noção de que aquele espaço tinha sua função social, cultural e econômica.

Conforme relata Ávila (2005, p. 94), a respeito da conscientização, mobilização e organização comunitária local, ou seja, “a comunidade envolvida neste

processo deve assumir o desafio de firmar-se como capaz para que tomem também iniciativas e realizem esforços para que se tornem sujeito-agente de seu próprio desenvolvimento local”.

Todavia, com passar dos anos e devido ao enfraquecimento dos laços de pertença, ocorreu que aqueles locais foram perdendo sua identidade como local agregador, os agentes anteriormente ali envolvidos, foram se dispersando e, devido ao crescimento econômico, os valores sociais e culturais se esvaindo com o passar dos anos.

Diante da situação atual retratada, ou seja, a falta de preservação e até mesmo de atratividade para a população como um todo, dependerá de uma conscientização que deve ter início dentro da comunidade. Como despertar então o sentimento de pertença e o resgate de valores nesses locais?

No que tange às cobranças realizadas para as revitalizações desses locais, vale destacar o pensamento de Funari e Pelegrine (2006, p. 59), pois:

A implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteadas pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação. Mas a seleção dos bens a serem tombados, precisa ser integrada a marcos identitários reconhecidos pela própria comunidade na qual se inserem.

Antes de qualquer processo de revitalização dos locais que hoje se encontram deteriorados pelo tempo, é necessário organizar um procedimento no sentido de resgatar os valores da comunidade para com seus espaços, buscando incutir a percepção da sua responsabilidade para com seu local e, posteriormente, implementar políticas baseadas em suas expectativas e seus anseios para com o desenvolvimento local.

### 3.2 PONTOS CONVERGENTES E DIVERGENTES DAS PRAÇAS NO QUE TANGE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Durante o levantamento de dados em relação às Praças no que tange ao desenvolvimento local pode-se destacar os diversos pontos que ora somam e que ora diminuem a percepção do lugar em relação à sociedade.

No estudo histórico daquelas Praças pode-se perceber que inicialmente elas eram locais de referência para sociabilização, para reuniões de ideais religiosos, políticos e culturais, esses locais eram valorizados pela sociedade, pois havia ali um sentimento de pertença em relação à sociedade e o local.

Nas três Praças estudadas, principalmente na Praça Ary Coelho por ser o espaço público mais antigo da cidade e por ter uma privilegiada localização central, era o espaço mais escolhido para qualquer tipo de iniciativa popular. A Praça apresentava diversos pontos que contribuíam para o desenvolvimento do local e para a comunidade que por ali residia.

Inicialmente, na Praça Ary Coelho havia pontos convergentes como a potencialização do capital humano, onde era explorado o comércio informal por meio de vendedores ambulantes, e até mesmo transações comerciais, realizadas naquele espaço público. Havia também uma maior preocupação das áreas destinadas ao lazer das crianças, como as áreas de *playground* e até mesmo de sustentabilidade e territorialidade com espaços destinados à biblioteca central e a apresentações culturais.

Com o passar dos anos, percebeu-se que o espaço deixou de apresentar a mesma identidade social anterior, isto se deu pelo descaso da própria iniciativa pública e que posteriormente acabou por refletir na sociedade, a ausência de sentimento de pertença.

Alguns fatores contribuíram para esta ausência de sentimento de pertença, como a falta de manutenção dessas áreas públicas, o fechamento da biblioteca da Praça Ary Coelho, a desativação e abandono da fonte central, a falta de manutenção do playground.

Essa somatória de motivos contribuiu para o aparecimento dos pontos divergentes entre eles o descaso público, a depredação, ausência de identidade local e o êxodo de ocupação da área com a desterritorialização do local.

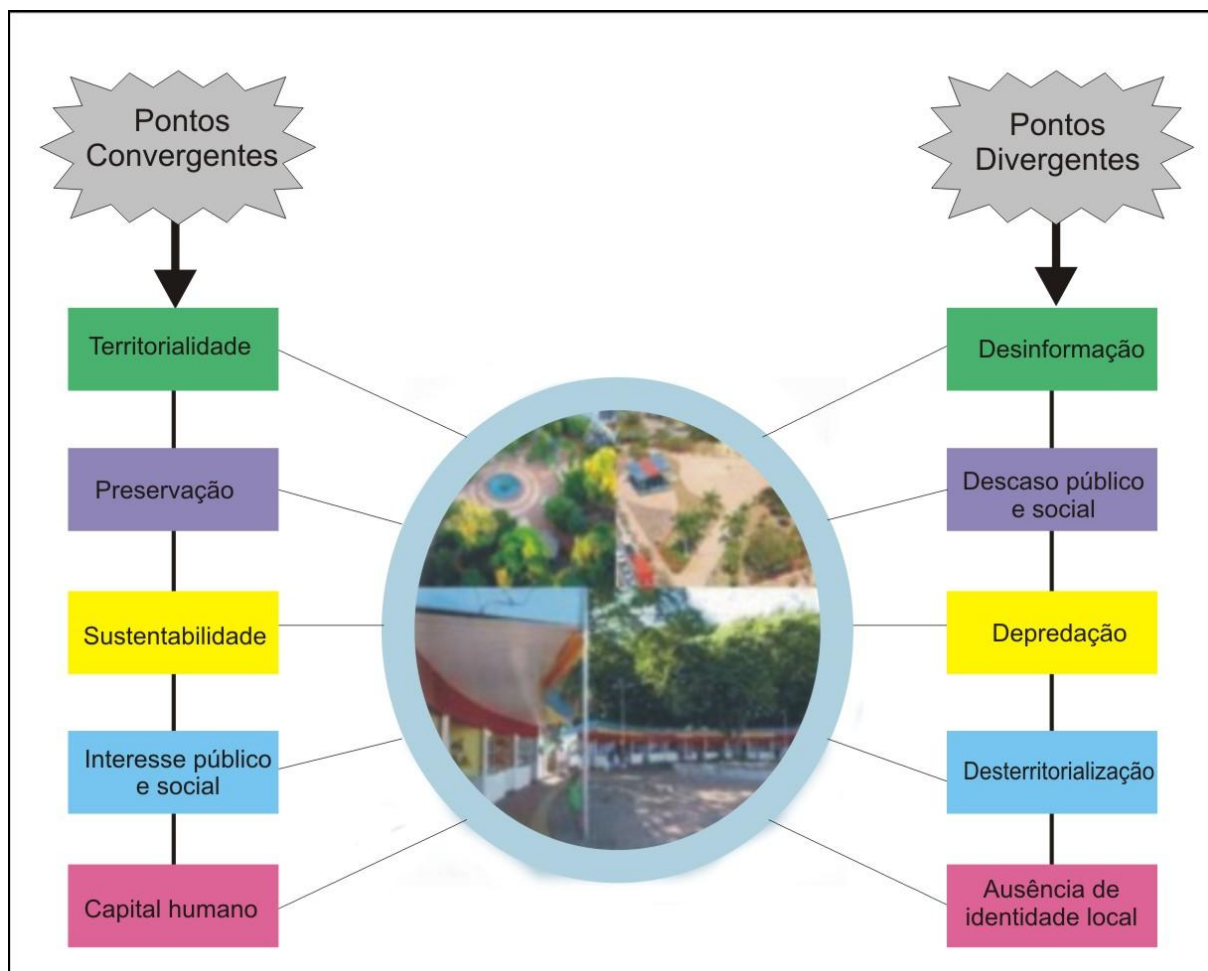
No que diz respeito à Praça do Rádio Clube o processo ocorreu de forma um pouco diferente, em décadas passadas, a Praça demonstrou pouca atratividade à população com pequeno nível de desenvolvimento local.

Com o passar dos anos a Praça foi reformulada, deixando de ser abrigo de mendigos e usuários de drogas para passar a ser uma área de grande atratividade para a população. No local foram feitas várias revitalizações desde a construção de uma concha acústica que hoje atrai vários movimentos ligados à



cultura e à diversidade religiosa e também a abertura para projetos de economia e sustentabilidade.

**Figura 18** - Pontos convergentes e divergentes das praças estudadas



Diante desta perspectiva verifica-se que a Praça do Rádio deixou de ter pontos divergentes como a desterritorialização, depredação e ausência de identidade local, para apresentar de forma mais relevante os pontos convergentes ao desenvolvimento local como a territorialização, identidade local, preservação, sustentabilidade e atratividade social.

No caso específico da Praça dos Imigrantes verifica-se que existe uma estagnação em sua estrutura, inicialmente o espaço teve grande importância no que dizia respeito aos imigrantes que chegavam a Campo Grande, tendo uma maior identidade com estes. Posteriormente a Praça foi reservada a um espaço para divulgação econômica social do artesanato local, mas que não tem grande

repercussão social pela falta de interesse público e consequentemente este descaso acaba por refletir na sociedade.

Poucos são os habitantes da cidade que têm conhecimento da atividade que é desenvolvida no local e por isso, embora o espaço se mantenha conservado pelas pessoas que necessitam do espaço para divulgação de sua arte, não existe uma identidade com a população local não havendo, portanto o progressivo desenvolvimento local como existe na Praça do Rádio Clube.

Diante da análise dos pontos convergentes e divergentes dos espaços públicos pode-se observar que, no que tange às Praças abordadas temos em Campo Grande a Praça Ary Coelho em um momento de revitalização, buscando resgatar todos os pontos convergentes que já existiu no local anteriormente e desta forma potencializar o desenvolvimento local do espaço público. Em contrapartida, a Praça dos Imigrantes ainda se encontra estagnada sem a devida potencialização do desenvolvimento local e por último a Praça do Rádio Clube em um momento de expansão do desenvolvimento local reunindo todos os pontos convergentes para a potencialização deste processo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente, é fácil observar que os valores das grandes cidades estão cada vez mais modificados, pois com a globalização e com o forte advento da tecnologia pouco se tem dado valor ao espaço público, à contemplação, ao patrimônio cultural e a sociabilização.

Diante destas questões, é que os espaços públicos foram perdendo força para os computadores, TV e para outros espaços virtuais, a sociedade deixou de fazer os antigos passeios nas Praças públicas, as brincadeiras de roda, balanço e escorregador, foram sendo paulatinamente substituídos por um mundo mais delimitado dentro dos muros de suas propriedades particulares.

A cidade transformou seu modo de comunicar-se e desenvolveu-se, abandonando os antigos padrões de comércio ao céu aberto, esvaíram-se os encontros na Praça para discutir questões econômicas e políticas; atualmente, os fóruns criados na internet suprem tais relações cotidianas.

Este trabalho buscou apresentar e resgatar por meio de documentos e lembranças o papel das Praças enquanto palco de acontecimentos para ações humanas, dentre elas questões sociais, culturais, políticas e econômicas.

Por meio da coleta de depoimentos foi possível transpor o tempo e conseguir vivenciar os relatos do passado contados pelos atores sociais entrevistados.

Durante a coleta de dados a pesquisadora pode presenciar dentro de cada olhar e cada gesto dos atores um sentimento nostálgico, era como se cada envolvido naquela narrativa entrasse em uma máquina do tempo e pudesse reviver novamente toda aquela época que deixou muitas saudades.

A maior percepção realizada durante toda a pesquisa é que em tempos passados o sentido de pertença da população era muito mais aflorado, a sociedade tinha inserido dentro de seu cotidiano a necessidade de utilizar aquele “seu” espaço

para completar suas inter-relações pessoais e tudo isso era uma soma de fatores influenciados por meio daquele patrimônio cultural.

Os estudos realizados consistiram em uma tentativa de investigar quais foram os fatores que mais contribuíram para a perda dessas funções dos espaços públicos, mas é claro sem a pretensão de esgotar toda essa questão por se tratar de uma complexidade maior inclusive que acaba por envolver os agentes públicos.

Campo Grande como as demais capitais do país tem sua história narrada de forma muito clássica e tem como principal elemento as Praças públicas devido a todo seu contexto em que estão inseridas e os diferentes atores sociais que por ali deixaram suas marcas.

O primeiro plano para alinhamento das ruas e Praças desta vila de acordo com a planta confeccionada por Nilo Javari Barém e apresentada pelo Intendente Geral do Município, contemplava as principais ruas e avenidas da cidade, nas quais estão as três principais Praças abordadas no trabalho em questão.

Como objeto de investigação foram escolhidas as três Praças que tiveram grande participação histórica dentro da formação da cidade, sobretudo porque ainda possuem cada um a sua singularidade, uma característica marcante perante seus atores sociais.

A primeira Praça abordada foi a Praça Ary Coelho considerada a maior da cidade na área central e a mais antiga que também teve diferentes funções, pois outrora a sua função tinha cunho de caráter religioso, pois aquele local foi escolhido para ser o primeiro cemitério da cidade.

Mais tarde, e com a transferência do cemitério para outra localidade e por estar situada em um local central da cidade, a Praça passou a desempenhar seu papel de sociabilização concentrando ali movimentos políticos, culturais e até mesmo de protesto e de cunho informativo.

Já no que diz respeito à Praça do Rádio Clube, antiga Praça da República, esta inicialmente não era um espaço que seria destinado para utilização de Praça, mas sim para ver construída ali a Matriz da cidade, igreja destinada ao Santuário dos Santos, porém com um acordo realizado o espaço acabou por ser destinado à Praça, sendo a Matriz construída em localidade diversa.

Atualmente, este espaço desenvolve um papel cultural muito forte na cidade, por meio de apresentações de grupos musicais, de dança e de teatro que acabam por resgatar o papel de sociabilização das Praças, promovendo o

desenvolvimento social, econômico e cultural fornecendo informação e cultura a sociedade.

Já a Praça dos Imigrantes, o seu maior ponto de destaque foi a de prestar homenagem àqueles que vinham de fora para a cidade, e que se instalavam nas pensões perto da Praça. A Praça era considerada um local destinado à obtenção e troca de informações dos que acabavam de chegar tornando-se um ponto de convergência.

Neste estudo, foi possível analisar que as Praças tiveram grande contribuição para o desenvolvimento das cidades, pois sempre foram instaladas em locais estratégicos de convergência de pessoas.

A Praça Ary Coelho que no passado concentrava mais um aspecto social para encontros e passeios, hoje se tornou um centro de passagem localizado bem ao centro da cidade, seu espaço é otimizado no sentido de propagar ações de conscientização de saúde, divulgação de campanhas políticas e até mesmo um local que possa fornecer uma informação rápida para quem por ali transita.

A Praça do Rádio Clube que no passado teve seu papel bem menos ativo que o da Praça Ary Coelho, hoje representa um centro de convergência muito mais atrativo, pois naquele local estão concentradas diversas ações no sentido de divulgar a cultura, por meio da música, da dança, das feiras que ali se realizam com grande frequência.

No que tange à Praça dos Imigrantes, essa se tornou um ponto importante na tentativa de incrementar o potencial turístico por meio da venda de artigos confeccionados pelos artesãos que ali se instalaram e que de forma organizada, podem divulgar seus trabalhos para os que por ali transitam.

Ao finalizar este trabalho, verifica-se que o antigo papel desempenhado pelas Praças onde se estabelecia uma interação maior dos atores com o cenário, construindo relações pessoais bem mais fortificadas foi se perdendo durante o passar dos anos, resultado de uma ausência de ações por parte dos órgãos públicos e que contribui por transformar esses locais pouco atrativos, devido aos problemas de marginalidade e degradação que esses locais atualmente se encontram.

A Praça Ary Coelho, atualmente, passa por uma revitalização já ocorrida nas duas Praças: Imigrantes e Rádio Clube, mencionadas neste trabalho.

Não basta, no entanto, apenas a revitalização mas sim a necessidade premente de despertar nas pessoas a importância da Praça como local integrador,

sociabilizador e potencializador de sentimentos de pertença de orgulho e de respeito ao local.

Neste contexto, cabe ao poder público o papel importante não só de ser o mantenedor deste local como fator fundamental para durabilidade e longevidade. É importante também que seja responsável pela fiscalização, promoção de eventos culturais, feiras de amostras e sensibilização do povo no tocante ao respeito e preservação das Praças revitalizadas.

É de fundamental importância a parceria do poder público com as escolas em geral, com as entidades não governamentais e outras associações para efetivação das ações convergentes e necessárias, como por exemplo, a retomada efetiva do programa de adoção de Praças públicas. Este programa pode ser usado para promover a participação não só da sociedade civil organizada como das pessoas jurídicas nos cuidados e manutenção das Praças junto ao poder público municipal e também na elaboração de parcerias para programas de lazer, cultura e sustentabilidade ambiental, tão necessária para o desenvolvimento local.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. F. R.; BICUDO, L. R. H.; BORGES, G. L. A. **Educação ambiental em Praças públicas**, 2004. 89p. Originalmente apresentada como monografia, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Botucatu.
- ÁVILA, Vicente Fideles. **Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA, 2005.
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de, 1957. **Campo Grande** - arquitetura e urbanismo da década de 30. Campo Grande: UNIDERP, 2000.
- BARROS. Abílio Leite de. **História de muito antes**. Campo Grande: UNIDERP, 2004.
- BITTAR, Marisa. **Dos campos grandes à capital dos ipês**. Campo Grande: Alvorada, 2004.
- BUARQUE, Sérgio C. **Desenvolvimento sustentável da Zona da Mata de Pernambuco**. Recife: SEPLAN/PR-IIICA, mar. 1994. (Versão final, mimeo).
- BURKE, Peter. História como memória social. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
- CARLOS, Ana Fani A. Repensando a geografia urbana: uma nova perspectiva se abre. In: \_\_\_\_\_. **Os caminhos e reflexões sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.
- CARO, Carlos Martinez. **Arquitectura urbana**: elementos de teoria y diseño. 2. ed. Madrid: Bellisco, 1990.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **Latifúndio e identidade regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUF, 1997.
- D’ALMEIDA, Valério. **Campo Grande de outrora**, Campo Grande: Academia Sulmato-grossense de Letras, 2003. (Mimeo)
- DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues *et al.* **Praças**: história, usos e funções. Maringá: Fundamentum, v. 15, 2005.
- DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. Il territorio nello sviluppo locale. Il contributo del modello Slot, In: DEMATTEIS, G.; GOVERNA, F. (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità**: il modello Slot, Milano: Angeli, 2005.

DIZERÓ, Joselle Davanço. **Praças do interior paulista**: estudo de casos nas cidades de Ribeirão Preto e Monte Alto/SP. 2006. 151 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2006.

FONT, Mauro. **A Praça em movimento**: processos de transformações morfológicas e funcionais no Brasil do século XX. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FRANCO, Augusto de. Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável. Brasília: Instituto de Política, Millennium, 2000.

FUNARY, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GARCIA, Maria. **Campo Grande desde a fazenda Bálamo**. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2009.

GOMES, Arlindo de Andrade. **O município de Campo Grande em 1922**. Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande. MS, 2004.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Territórios alternativos**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo Tardio. **Espaço & Debates**, NERU, n. 39, p. 48-64, 1996.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio material**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginaphan>>. Acesso em: 10 nov 2011.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 3.ed. Tradução Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KATO, Akinori. **Plazas of Southern Europe**. 2.ed. Tokio: Process Architecture, 1993.

LEFÉBVRE, H. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1974.

\_\_\_\_\_. A vida cotidiana no mundo moderno. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 423-483.

LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LERNER, Jaime. **Acupuntura Urbana**. São Paulo: Record, 2003.

LIMA, Lygia Carriço de Oliveira. Uma Praça plena de história. **Revista ARCA**. Revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande-MS, n. 8, 2000.



LYNCH, Kevin. **Good City Form**. Cambridge: The MIT Press, 1987. Tradução informal.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1980. 171p.

MANÇANO, B. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 8, n. 6, p. 14-34. Jan/Jun. 2005.

\_\_\_\_\_. Pelas ruas de Campo Grande. 2. ed. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS. **Revista ARCA**. Revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande-MS, n. 8, 2002.

\_\_\_\_\_. Pelas ruas de Campo Grande. 2.ed. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2008.

MARTINS, Vanessa. **Revitalização e reconfiguração da Praça do imigrante**. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Feevale. Novo Hamburgo, 2010.

MARTINS, G. I. V; DEMARCO, Cid Isidoro. **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul**: reflexões e perspectivas. 2.ed. Campo Grande: UCDB, 2001.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. História e memória: algumas observações. **Praxis** Revista Eletrônica de História e Educação, ano 2, n. 2, 2005. Disponível em: <[http://www.fja.edu.br/proj\\_acad/praxis/praxis\\_02/documentos/ensaio\\_2.pdf](http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_02/documentos/ensaio_2.pdf)>. Acesso em: 10 nov 2011.

MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organismos e instituições locais. **Revista Economia**, Brasília, 2008.

NOGUEIRA, Albana Xavier: Pantanal: homem e cultura. Campo Grande: UFMS, 2002

OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino de. **Nas ruas da cidade**: um estudo geográfico sobre as ruas e calçadas de Campo Grande. Campo Grande: UFMS, 2005.

OLIVEIRA, Maria Lígia de; OLIVEIRA, Barbosa Márcia Gardênia Monteiro de; QUINTANEIRO, Tânia. **Um toque de Clássicos** – Marx, Durkheim, Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PAIVA, H. N; GONÇALVES, W. **Florestas urbanas**: planejamento para melhoria da qualidade de vida. Série Arborização Urbana Viçosa. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002.

PEDON, Nelson R; SOUZA, Edevaldo Ap. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas. Três Lagoas, MS, v. 1, n. 6, ano 4, Novembro de 2007.

PETITINGA, Carolina Santos. Desenvolvimento local. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DESENVOLVIMENTOLOCAL/.pdf>>.2008>. Acesso em: 22 fev 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Atica, 1993.

REVISTA ARCA - Revista de divulgação do arquivo histórico de Campo Grande-MS, n. 8, Tema: Patrimônio, 2002.

ROBBA, Fábio; MACEDO, S. Soares. **Praças brasileiras**. São Paulo: Edusp, 2010.

RODRIGUES, A. **Psicologia social**. São Paulo: Vozes, 1975.

RODRIGUES, Ângelo. **Percepção e memória**. Aula mínima - psicologia - 26/01/2009. Disponível em: <<http://aula-minima.blogspot.com.br/2009/01/percepo-e-memria.html>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Campo Grande**. São Paulo: Resenha Tributária Ltda, 1980.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 93-101.

ROSSI, Aldo. **Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Luiz Ivan Rocha dos. **Proposta de um modelo conceitual técnico para a manutenção das Praças públicas no município de Vitória- ES: estudo de caso**. Dissertação de Mestrado Programa de Pós Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1978.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. Paulo: Hucitec, 1988.

\_\_\_\_\_. **A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas**. Terra Livre, 1991, n. 9.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo: Edusp. 1ª reimpressão, 2007.

SILVA, Vanessa Gomes do. **Avaliação do desempenho ambiental de edifícios: qualidade na construção**. SINDUSCO-SP, ano 3, n. 25, p.14-22, 2000.

STERNBERG, R. J. **Psicologia cognitiva**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 77-116.

TELES, Edson Luis de Almeida. **Passado, memória e história: o desejo de atualização das palavras e feitos humanos**, ano I, n. 03, Maringá, PR Dezembro de 2001. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br//03teles.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Cultura e desenvolvimento sustentável no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/cultura-and-development>>. Acesso em: 18 jan 2012.

ZUCKER, P. **Town and square**: from the agora to the village green. New York: Columbia Press, 1959.